

RELATÓRIO UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

2º SEMESTRE 2025



EQUIPE PREVIDÊNCIA

Felipe Moura Sales
Diretor Presidente

João Paulo da Silva Matos
Vilela Procurador Jurídico

Poliana Tessinari de Oliveira
Controle Interno

Elissandra Ferreira da Silva
Chefia de Gabinete

Maria do Socorro Oliveira da Costa
Assessoria de Planejamento

Leônidas Martins Magalhães Neto
Assessoria de Comunicação da Previdência Social

Rejane Maria da Silva
Assessoria Administrativa e Apoio aos Conselheiros

Cícero Jean de Almeida Rocha
Diretor de Previdência

Vanuza Maria Felix dos Reis Feitosa
Divisão de Aendimento ao Público e Instrução de Processos

Maria Gecilda Araújo Ribeiro
Divisão de Concessão de Benefícios

Eurides da Silva Cruz
Divisão de Relacionamentos com Segurados e Beneficiários

Amides Tavares de Souza
Diretoria de Administração e Finanças

Izabelli Barboza Lopes Ribeiro
Divisão Administrativa

Daniel da Silva Serafim
Divisão Contábil e Financeira

Davi Moura Martins
Divisão de Investimentos

Eden Klysnsmann da Silva Mota
Divisão de Tecnologia da Insformação

CONSELHO FISCAL DO MUNICIPIO DE RIO BRANCO – CONFIS

Emília Judite Silva – Presidente

Suely Lemos Basto de Oliveira

Rosas– Suplente

Mauro Eduardo Soares de Almeida- Titular

Elizania Alves da Silva- Suplente

Renata Pessoa da Costa – Titular

Francisca de Oliveira Cruz Gomes – Suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE PREVIDENCIA SOCIAL – CAPS

Márcia Freitas Nunes de Oliveira – Titular

Francisca Araújo da Mota - Suplente

Maria do Socorro Oliveira da Costa - Titular

Victor Hugo Sestito Salomão - Suplente

Debora Maria Pinto Braid- Titular

Washington Barretos Rios- Suplente

Willian Pollis Mantovani- Titular

Windson Machado Araújo- Suplente

Adonidas Feitosa Rodrigues Junior- Titular

Denize Araújo de Souza- Suplente

Welberlucio Davila Freitas-

Titular

Iara Felipe Simões- Suplente

Marcos Augusto de Oliveira Meireles- Titular

Paulo Antonio Firmino da Silva- Suplente

Raimundo Vaz de Azevedo - Titular

José Maria da Silva- Suplente

COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RBPREV – COIN

Francisco A. Cacau Junior -

Presidente

Amides Tavares de Souza – Vice Presidente

Rayse Alyne Biths de Lima Lima - Membro

Felipe Moura Sales - Membro

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Poliana Tessinari de Oliveira – Responsável pelo Controle Interno – Elaboração Técnica.

O verdadeiro jogo começa quando passamos da teoria para a ação.

Jean Piaget

SUMÁRIO

1. RBPREV	3
2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO RBPREV	4
3. ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO	4
4. CRP 5	
5. ÁREAS DE ATUAÇÃO – PRÓ-GESTÃO RPPS	7
6. AÇÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO CONTROLES INTERNOS.....	9
6.1 DO MONITORAMENTO DO PROGRAMA PRÓ-GESTÃO RPPS.....	9
6.2 DAS AÇÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO CONTROLES INTERNOS	10
6.3 DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO PRÓ-GESTÃO RPPS.....	11
6.4 DOS OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO E DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL.....	11
6.5 MAPEAMENTO.....	12
6.6 MANUALIZAÇÃO.....	15
6.7 CERTIFICAÇÃO	17
6.8 ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO	19
6.9 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	20
6.9.1 Resultado Alcançado no 2º Semestre 2025.....	26
7 GOVERNANÇA CORPORATIVA	28
7.1 RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	30
7.2 PLANEJAMENTO	31
7.3 GESTÃO ATUARIAL	31
7.4 CÓDIGO DE ÉTICA.....	32
7.5 POLÍTICAS PREVIDENCIÁRIAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO SERVIDOR E A REVISÃO DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE	33
7.6 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	34
7.7 COMITÊ DE INVESTIMENTOS.....	36
7.8 TRANSPARÊNCIA.....	38
7.9 DEFINIÇÃO DE LIMITES E ALÇADAS	42
7.10 SEGRAGAÇÃO DAS ATIVIDADES	43
7.11 OUVIDORIA.....	44
7.12 COMITÊ DE INVESTIMENTOS.....	45
8 SETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.....	47
8.1 – SETOR FINANCEIRO, INVESTIMENTOS E EVOLUÇÃO DA BASE DE SEGURADOS.....	47

8.2	– ATOS DA GOVERNANÇA.....	85
8.3	- ATOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIA.....	87
8.4	– APORTES E RESGATES	87
8.5	– CONTROLE PRÉVIOS (PREVENTIVOS).....	88
8.6	– CONTROLE CONCOMINANTES (DETECTIVOS).....	88
8.7	– CONTROLE POSTERIORES (CORRETIVOS)	89
8.8	– RISCO	89
9	RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	90
9.1	GOVERNANÇA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	90
9.2	CONFORMIDADE LEGAL E NORMATIVA.....	91
9.3	GESTÃO ATUARIAL E SUSTENTABILIDADE DO RPPS	91
9.4	ARRECADAÇÃO, REPASSE E CONTROLE DE CONTRIBUIÇÕES	92
9.5	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	92
9.6	CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS	92
9.7	TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	93
9.8	CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS	93
9.9	EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CAPACITAÇÃO	93
9.10	MONITORAMENTO E MELHORIA CONTÍNUA.....	94
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94

1. RBPREV

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco (RBPREV) é uma autarquia municipal responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores municipais de Rio Branco. O RPPS foi instituído pela Lei Municipal nº 1.793, de 23 de dezembro de 2009, abrangendo servidores ativos e inativos do quadro de provimento efetivo.

Criada em conformidade com o artigo 40 da Constituição Federal, a autarquia assegura a todos os servidores em cargos efetivos um regime próprio de previdência. Sua finalidade é garantir aos beneficiários os meios necessários para sua subsistência em situações de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, reclusão e morte, assegurando os recursos indispensáveis para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado, em colaboração com a administração municipal, o Diretor Presidente do RBPREV e seus Conselhos.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a União adotasse um Regime Jurídico Único, interpretado na época como o regime estatutário, e também garantiu aos servidores a aposentadoria integral. Essa disposição constitucional permitiu que as entidades federativas institíssem seus regimes próprios de previdência (RPPS).

Em 1993, o Brasil enfrentava um cenário crítico devido à ausência de legislação específica e ao insucesso das experiências estaduais e municipais, que combinavam previdência e assistência à saúde sem previsão orçamentária adequada. Muitos regimes previdenciários previam apenas contribuições para pensões e assistência à saúde, deixando o pagamento das aposentadorias sob responsabilidade dos cofres públicos, o que comprometeu a estabilidade financeira de diversas administrações.

Nesse contexto, em Rio Branco, reconheceu-se a necessidade de criar um sistema de previdência sustentável para os servidores municipais, visando garantir o direito constitucional à aposentadoria integral sem comprometer as finanças do município de Rio Branco.

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO RBPREV

MISSÃO	Assegurar os direitos previdenciários aos servidores efetivos e seus dependentes, mediante gestão participativa com ética, profissionalismo e responsabilidade social.	
	VISÃO	
VALORES	Ser a instituição de previdência social de excelência na prática de gestão pública com participação, compromisso e respeito a seus segurados.	
	R	RESPONSABILIDADE E Atuar com compromisso na gestão dos recursos previdenciários, garantindo segurança aos segurados.
	B	BENEFÍCIO Assegurar a concessão justa e eficiente dos benefícios previdenciários.
	P	PROBIDADE Agir com ética, transparência e integridade em todos os processos.
	R	RESPEITO Valorizar os segurados e servidores, promovendo atendimento digno e humanizado.
	E	EFICIÊNCIA Buscar excelência na gestão, com agilidade e qualidade nos serviços prestados.
	V	VALORIZAÇÃO Reconhecer a importância do servidor público e garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário.

Tabela 01 – DIRETRIZES DO RBPREV

3. ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO

A estrutura organizacional do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco (RBPREV) encontra-se delineada em seu organograma institucional, disponível no site oficial da autarquia. Este organograma oferece uma visão abrangente das unidades administrativas e suas respectivas atribuições, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Manual do Pró-Gestão RPPS.

Esta configuração organizacional é essencial para assegurar uma administração eficiente, transparente e responsável do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Rio Branco, garantindo que os processos e serviços previdenciários sejam executados de forma coordenada e eficaz, seguindo os requisitos e as boas práticas preconizados pelo Programa de Certificação Institucional Pró-Gestão.

O organograma demonstra como a instituição está estruturada para cumprir sua missão de gerenciar o RPPS-Rio Branco, especificando as responsabilidades de cada departamento, desde do Diretor Presidente, responsável pela supervisão

estratégica das operações, até as divisões específicas encarregadas das diversas coordenadorias e chefias. Esta organização alinha-se às exigências do Manual do Pró-Gestão em termos de governança corporativa e estrutura administrativa.

A estrutura organizacional, definida e divulgada publicamente, contribui para a transparência e o fortalecimento da governança do RBPREV, permitindo que servidores públicos municipais, órgãos de controle e a sociedade compreendam a distribuição de competências e a cadeia de responsabilidades na gestão previdenciária municipal, atendendo aos princípios fundamentais de governança: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade institucional.

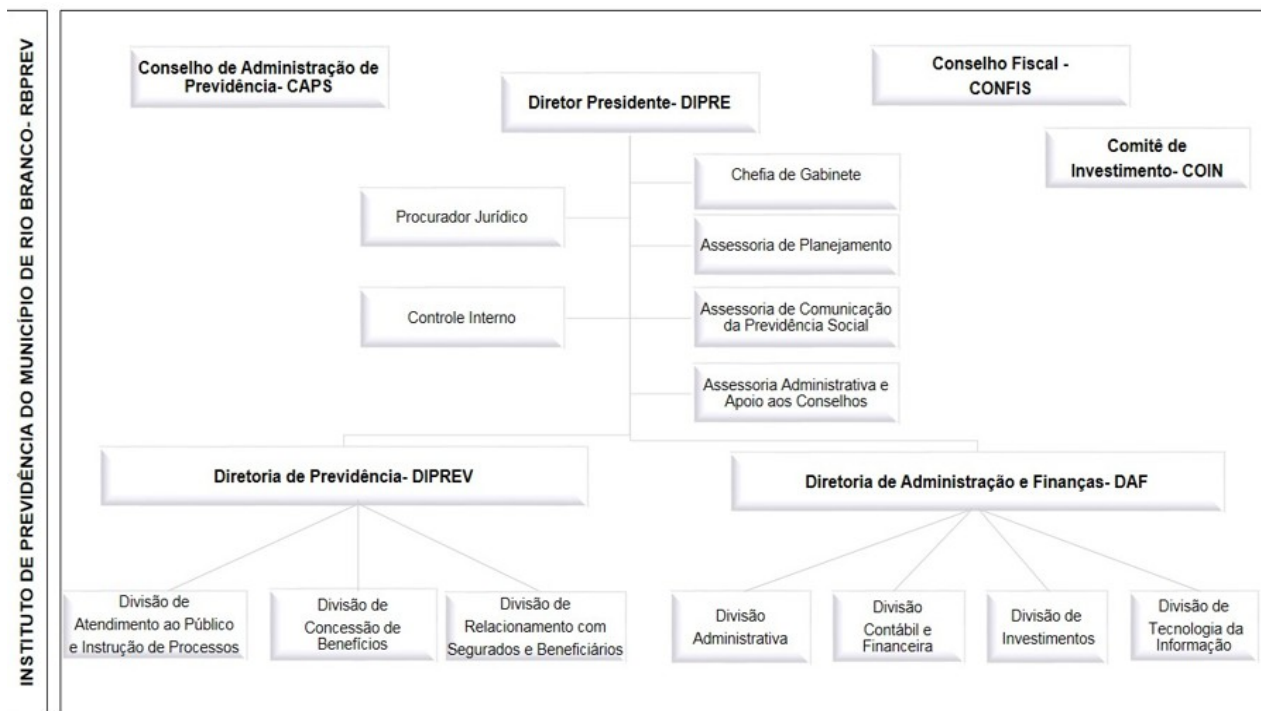


FIGURA 01 – ORGANOGrama INSTITUCIONAL DO RBPREV

4. CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é um documento oficial que comprova a conformidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos efetivos de Estados e Municípios com as normas estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS). Requisitos para Obtenção e Manutenção do CRP: Para obter e manter o CRP válido, a entidade gestora do RPPS deve cumprir os seguintes requisitos:

- Apresentar o Demonstrativo de Receitas e Despesas do regime previdenciário;
- Realizar Avaliação Atuarial periódica, conforme prazos estabelecidos pela legislação;
- Apresentar o Demonstrativo Financeiro das aplicações dos recursos do RPPS;
- Fornecer comprovantes de repasses das contribuições previdenciárias (tanto dos servidores quanto do ente federativo);

Consequências da Suspensão do CRP: O descumprimento dos requisitos acima resulta na suspensão do CRP, acarretando as seguintes penalidades ao ente federativo:

- Suspensão de transferências voluntárias de recursos federais
- Impossibilidade de contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras federais
- Interrupção da compensação previdenciária entre os regimes

Consulta e Validade: A validade do CRP do RBPREV pode ser verificada no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CADPREV), através do endereço eletrônico:

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>

Situação atual: O CRP do RBPREV encontra-se válido até 27/10/2026.

Importância do CRP para o RBPREV: Manter o CRP regularizado é essencial para o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Branco (RBPREV), uma vez que sua suspensão pode ocasionar sérias consequências financeiras e operacionais para a gestão previdenciária municipal, comprometendo inclusive o recebimento de recursos federais e a sustentabilidade do regime previdenciário.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Rio Branco UF: AC
CNPJ Principal: 04.034.583/0001-22

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 30/04/2026
VÁLIDO ATÉ 27/10/2026

N.º 980139 -
253755

FIGURA 02 – CRP DO RBPREV

5. ÁREAS DE ATUAÇÃO – PRÓ-GESTÃO RPPS

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Branco (RBPREV) alcançou um marco importante em sua gestão o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS).

Este programa, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, abrange todas as esferas de governo - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - e representa um avanço significativo na modernização e profissionalização da gestão previdenciária

dos servidores públicos no Brasil.

Como parte essencial do processo de certificação, o RBPREV foi submetido a avaliações criteriosas conduzidas por organismos certificadores credenciados, selecionados por meio de procedimentos transparentes e imparciais.

O RBPREV obteve a certificação no Nível I do Pró-Gestão RPPS, comprovando que implementou e cumpre integralmente as exigências estabelecidas no Manual do programa:

Certificado: nº 300-22

Validade: 02/02/2026

Data de emissão: 02 de fevereiro de 2023 Importância do Pró-Gestão RPPS

A participação e certificação no Pró-Gestão RPPS demonstram o compromisso do RBPREV com a transparência, eficiência e sustentabilidade do regime previdenciário municipal, garantindo melhores práticas de governança e a proteção dos direitos previdenciários dos servidores de Rio Branco.



FIGURA 3 – CERTIFICADO DO PRÓ-GESTÃO

6. AÇÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO CONTROLES INTERNOS

6.1 DO MONITORAMENTO DO PROGRAMA PRÓ-GESTÃO RPPS

O monitoramento dos controles internos no âmbito do Pró-Gestão RPPS (Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social) é realizado por múltiplas instâncias, tanto internas quanto externas, para garantir a aderência às normas.

No âmbito do Instituto de Previdência do Município de Rio Branco RBPREV o

órgão central de controle interno do poder executivo, Controladoria Geral do Município de Rio Branco - CGM atua na verificação da conformidade dos processos, e é implementado pela própria unidade o monitoramento do controle seguindo o manual do Pró- Gestão.

Essas unidades são responsáveis pela realização de análises sistemáticas, com base em dados amostrais, evidências documentais e procedimentos encaminhados por todos os setores do Instituto, assegurando a confiabilidade das informações, a conformidade normativa e a regularidade dos processos administrativos.

O monitoramento resulta na elaboração de Relatório Trimestral Consolidado, no qual são avaliadas todas as áreas setoriais do RBPREV, em conformidade com os critérios estabelecidos no Manual do Pró-Gestão RPPS, fundamentando-se nos seguintes pilares estratégicos:

- a) Controle Interno – voltado à verificação contínua dos processos administrativos, da conformidade legal e da mitigação de riscos;
- b) Governança Corporativa – direcionado ao fortalecimento da transparência, da eficiência e da tomada de decisões estratégicas;
- c) Educação Previdenciária – destinada à promoção da capacitação institucional e à conscientização dos segurados e beneficiários.

6.2 DAS AÇÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO CONTROLES INTERNOS

As ações implementadas pelo RBPREV no âmbito do Programa Pró-Gestão RPPS são devidamente documentadas, acompanhadas e avaliadas de forma sistemática, conforme demonstrado no Quadro 1 – Ações Relacionadas à Dimensão Controles Internos, que contempla os requisitos exigidos pelo referido programa.

QUADRO 1 – AÇÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO CONTROLES INTERNOS

1.1 – Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS;
1.2 – Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS;
1.3 – Certificação dos dirigentes, dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, do responsável pela gestão das aplicações dos recursos e dos membros do Comitê de Investimentos;
1.4 – Estrutura de Controle Interno;
1.5 – Política de Segurança da Informação;
1.6 – Gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos, aposentados e pensionistas.

Tabela 02 – Dimensão Controles Internos do Pró-Gestão RPPS

6.3 DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO PRÓ-GESTÃO RPPS

No que se refere à dimensão Controles Internos, constata-se que o RBPREV atende integralmente aos requisitos estabelecidos, conforme demonstrado na Tabela

03 – Checklist de Conformidade, apresentada a seguir:

Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS
Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS
Certificação dos dirigentes, conselheiros, responsável pela gestão das aplicações e membros do Comitê de Investimentos
Estrutura de Controle Interno
Política de Segurança da Informação
Gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos, aposentados e pensionistas

TABELA 03 – CHECKLIST – DIMENSÃO CONTROLES INTERNOS DO PRÓ-GESTÃO RPPS

6.4 DOS OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO E DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

As ações descritas têm por objetivo assegurar o fortalecimento do controle interno e da gestão estratégica do RBPREV, de modo a:

- a) Mapear, identificar e mitigar riscos institucionais;
- b) Promover estudos, articulações e ações multissetoriais no âmbito de sua competência;
- c) Assegurar a conformidade legal das atividades, em observância aos princípios da administração pública;
- d) Formular e implementar planos, programas, projetos e critérios voltados à

- governança institucional;
- e) Executar auditorias e projetos, planejando, supervisionando, monitorando e orientando sua aplicação;
 - f) Propor ações destinadas ao atendimento de recomendações e determinações de órgãos de controle externo;
 - g) Adotar mecanismos que assegurem a probidade na aplicação dos recursos previdenciários;
 - h) Implementar e monitorar procedimentos alinhados às melhores práticas de gestão e governança corporativa;
 - i) Garantir a qualidade, a tempestividade e a rastreabilidade das informações e da gestão documental;
 - j) Acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira, bem como os resultados alcançados;
 - k) Promover avaliações sistemáticas da situação econômico-financeira do Instituto;
 - l) Monitorar a regularidade dos pagamentos e a efetividade das medidas de controle interno;
 - m) Revisar periodicamente os benefícios previdenciários concedidos;
 - n) Elaborar e consolidar o Relatório de Controle Interno;
 - o) Estabelecer parâmetros e diretrizes para a atuação da auditoria interna.

Dessa forma, o presente relatório tem por finalidade identificar, avaliar, tratar e corrigir potenciais inconformidades que possam impactar o RBPREV, fornecendo informações oportunas, consistentes e confiáveis, demonstrando a conformidade, a transparência e a regularidade dos atos e processos administrativos, bem como contribuindo para a prevenção de irregularidades e o fortalecimento da governança institucional.

6.5 MAPEAMENTO

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO 3.6 DIMENSÃO: CONTROLE INTERNO AÇÃO RELACIONADA
MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO RPPS

O mapeamento de atividades consiste na identificação, descrição e representação estruturada dos processos de trabalho, por meio de fluxos e

instrumentos gráficos, contemplando todas as etapas que compõem cada processo de negócio. Essa prática proporciona maior clareza quanto às inter-relações e interdependências entre as unidades organizacionais, possibilitando a identificação de gargalos, riscos operacionais e oportunidades de melhoria contínua, além de subsidiar análises técnicas, reestruturações e aprimoramentos institucionais.

Com o objetivo de fortalecer a gestão sistêmica do RBPREV, promover maior eficiência operacional e elevar o desempenho das atividades desenvolvidas em cada setor, os fluxos de trabalho são permanentemente monitorados com base nos mapeamentos formalmente instituídos para cada processo de negócio. Essa metodologia possibilita um gerenciamento mais eficaz, fundamentado em uma visão integrada da organização, contribuindo para a padronização de procedimentos, a melhoria da tomada de decisões e o alcance dos resultados institucionais.

PROCESSOS DA GESTÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL DO RBPREV	
ÁREA I : GESTÃO DE BENEFÍCIOS	
MANUAIS	FLUXOGRAMAS
➤ Aposentadoria por tempo de contribuição ➤ Aposentadoria pos idade ➤ Aposentadoria especial ➤ Aposentadoria compulsória ➤ Pensão poe morte de servidor ativo ➤ Pensão por morte de servidor aposentado ➤ Revisão de aposentadoria e pensão ➤ Gestão de folha de pagamento ➤ Extinção de benefícios	➤ Aposentadoria por tempo de contribuição ➤ Aposentadoria pos idade ➤ Aposentadoria especial ➤ Aposentadoria compulsória ➤ Pensão poe morte de servidor ativo ➤ Pensão por morte de servidor aposentado ➤ Revisão de aposentadoria e pensão ➤ Gestão de folha de pagamento ➤ Extinção de benefícios
ÁREA II : GESTÃO DE ARRECADAÇÃO FINANCEIRA/ADMINISTRATIVA	
MANUAIS	FLUXOGRAMAS

➤ Arrecadação	➤ Arrecadação
➤ Solicitação de recebimento de contribuições previdenciárias	➤ Solicitação de recebimento de contribuições previdenciárias
➤ Gestão da folha de pagamento	➤ Gestão da folha de pagamento
➤ Procedimentos de pagamento em geral	➤ Procedimentos de pagamento em geral
➤ Procedimentos gerais de licitação	➤ Procedimentos gerais de licitação
ÁREA III: GESTÃO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	
MANUAIS	FLUXOGRAMAS
➤ Compensação previdenciária	➤ Compensação previdenciária
ÁREA IV: GESTÃO DE INVESTIMENTOS	
MANUAIS	FLUXOGRAMAS
➤ Elaboração da política anual de investimentos	➤ Elaboração da política anual de investimentos
➤ Credenciamento de instituições financeiras	➤ Credenciamento de instituições financeiras
➤ Autorização para aplicação ou resgate APR	➤ Autorização para aplicação ou resgate APR
➤ Procedimentos para Solicitação de Elaboração de ALM	➤ Procedimentos para Solicitação de Elaboração de ALM
➤ Credenciamento de fundos de investimentos	➤ Credenciamento de fundos de investimentos
➤ Análise de investimentos	➤ Análise de investimentos
ÁREA V: GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
MANUAIS	FLUXOGRAMAS
➤ Procedimentos de contingências	➤ Procedimentos de contingências
➤ Controle de acesso físico e lógico	➤ Controle de acesso físico e lógico
ÁREA VI: GESTÃO JURÍDICA	
MANUAIS	FLUXOGRAMAS
➤ Atividade jurídica	➤ Atividade jurídica
ÁREA VII: GESTÃO DE CONTROLE INTERNO	
MANUAIS	FLUXOGRAMAS
➤ Proc. verificação de conformidade (licitação)	➤ Proc. verificação de conformidade (licitação)
➤ Proc. verificação de conformidade (posentadoria e pensões)	➤ Proc. verificação de conformidade (posentadoria e pensões)
➤ Gerenciamento de contratos	➤ Gerenciamento de contratos
ÁREA VIII: GESTÃO DE PATRIMÔNIO	
MANUAIS	
➤ Inventário de bens patrimoniais	
➤ Movimentação de bens patrimoniais	
➤ Baixa de bens	
ÁREA IX: GESTÃO DE ESTOQUE	
MANUAIS	
➤ Planejamento de compras e recebimentos	
➤ Controle de estoque	
➤ Solicitação de compras e serviços	
➤ Baixa de estoque incervível	
ÁREA X: OUVIDORIA	
MANUAIS	
➤ Procedimentos da ouvidoria	

ÁREA XI: GESTÃO DE RH	
MANUAIS	FLUXOGRAMAS
➤ Solicitação de férias	➤ Solicitação de férias
➤ Solicitação de licença médica	➤ Solicitação de licença médica
➤ Realização de audiência pública	➤ Realização de audiência pública
➤ Solicitação de Diária de Viagem	➤ Solicitação de diária de viagem
➤ Solicitação para Participação em Evento de Capacitação	➤ Solicitação para Participação em evento de capacitação
➤ Procedimentos para Pagamento de Anuidade de Associações	➤ Procedimentos para pagamento de anuidade de associações
➤ Realização de censo previdenciário e atualização cadastral	➤ Realização de censo previdenciário e atualização cadastral
ÁREA XII: GESTÃO ATUARIAL	
MANUAIS	
➤ Procedimentos para avaliação atuarial	
➤ Procedimentos para o relatório de gestão atuarial	
ÁREA XIII: GESTÃO DE ARQUIVO	
MANUAIS	FLUXOGRAMAS
➤ Procedimentos do arquivo geral	➤ Procedimentos do arquivo geral
➤ Procedimento de descarte de documentos	➤ Procedimento de descarte de documentos

Tabela 04 – MANUAIS/FLUXOGRAMAS ELABORADOS NO RBPREV

NOTA:

Nível I: 2 (duas) áreas obrigatórias: Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões) e Arrecadação (cobrança de débitos de contribuições em atraso do ente federativo e dos servidores licenciados e cedidos);

Nível II: 4 (quatro) áreas obrigatórias: Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios); arrecadação (cobrança de débitos de contribuições em atraso do ente federativo e dos servidores licenciados e cedidos); Investimentos (processo de elaboração e aprovação da política de investimentos, de credenciamento das instituições financeiras e de autorização para aplicação ou resgate) e Compensação Previdenciária (envio e análise de requerimentos de compensação previdenciária).

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO 3.6 DIMENSÃO: CONTROLE INTERNO

AÇÃO RELACIONADA: MANUALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO RPPS.

A manualização dos serviços públicos consiste na documentação formal dos processos, procedimentos e fluxos de trabalho em manuais detalhados. Esta prática serve a diversos propósitos fundamentais para a administração pública:

- Padronização de procedimentos: Garante que os serviços sejam executados de maneira uniforme, independentemente do servidor que os realiza, reduzindo variações e inconsistências.
- Preservação do conhecimento institucional: Evita que o conhecimento sobre processos fique restrito a pessoas específicas, protegendo a instituição contra a perda de expertise quando servidores se aposentam ou

são transferidos.

- c) **Facilitação do treinamento:** Proporciona material de referência para capacitação de novos servidores, acelerando o processo de aprendizagem e integração.
- d) **Melhoria da eficiência:** Identifica redundâncias e gargalos nos processos, permitindo otimizações e redução de desperdícios.
- e) **Promoção da transparência:** Torna os procedimentos acessíveis e compreensíveis para cidadãos e órgãos de controle, fortalecendo o princípio da publicidade na administração pública.
- f) **Garantia da continuidade administrativa:** Assegura que os serviços públicos continuem funcionando adequadamente durante transições de gestão.
- g) **Suporte à gestão de riscos:** Documenta controles internos e mecanismos de mitigação de riscos, essenciais para a governança pública.
- h) **Base para certificações de qualidade:** Fornece a documentação necessária para obtenção de certificações como programas específicos como o Pró-Gestão RPPS.
- i) **Redução de erros e retrabalho:** Estabelece instruções claras que minimizam falhas operacionais e a necessidade de repetição de tarefas.
- j) **Subsídio para inovação e melhoria contínua:** Cria uma base documentada a partir da qual é possível implementar aperfeiçoamentos e inovações.

A manualização é, portanto, um instrumento essencial para a profissionalização da gestão pública, contribuindo significativamente para a qualidade, eficiência e continuidade dos serviços prestados à sociedade.

NOTA:

Nível I: 2 (duas) áreas obrigatórias: Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões) e Arrecadação (cobrança de débitos de contribuições em atraso do ente federativo e dos servidores licenciados e cedidos);

Nível II: 4 (quatro) áreas obrigatórias: Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios);

Arrecadação (cobrança de débitos de contribuições em atraso do ente federativo e dos servidores licenciados e cedidos); Investimentos

(processo de elaboração e aprovação da política de investimentos, de credenciamento das instituições financeiras e de autorização para aplicação ou resgate) e Compensação Previdenciária (envio e análise de requerimentos de compensação previdenciária);

6.7 CERTIFICAÇÃO

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO 3.6

DIMENSÃO: CONTROLE INTERNO

AÇÃO RELACIONADA: CERTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES, MEMBROS DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL, RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS E MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

A equipe Dirigentes do RBPREV ao longo de meses vem se preparando para obter uma Certificação Profissional exigida pela PORTARIA MTP Nº 1.467, DE 02 DE JUNHO DE 2022 (Publicada no D.O.U. de 06 de junho de 2022), Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019. Da exigência referida na Portaria, conforme o Art. 76:

I - Certificação do representante legal ou do detentor da autoridade mais elevada da unidade gestora do RPPS, e da maioria dos demais dirigentes de que trata o inciso VII do art. 2º; (Redação dada pela Portaria MTP nº 3.803, de 16/11/2022).

II - Certificação da maioria dos membros titulares dos conselhos deliberativo e fiscal; e (Redação dada pela Portaria MTP nº 3.803, de 16/11/2022)

III - Certificação do responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS e dos membros titulares do comitê de investimentos. (Redação dada pela Portaria MTP nº 3.803, de 16/11/2022)

IV - No SEMESTRE, o RBPREV mantém o seguinte resultado quanto à Certificação Profissional:

Requisitos - Portaria MTP nº 1.467/2022		PERCENTUAL ATINGIDO
08 - DIRIGENTES/GESTORES		90%
06 – MEMBROS DO COIN		90%
04 – MEMBROS DO CONFIS		90%
03 – MEMBROS DE CAPS		90%

Tabela 05 – Percentual de Certificação Profissional

Em relação à exigência de requisitos previstos no art. 8º-B da lei 9.717/98 – conforme parâmetros estabelecidos na Portaria MTP nº 1.467/2022 alterada pela Portaria MPS 1.499, DE 28 DE MAIO DE 2024.

UNIDADE GESTORA: RBPREV

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS: ENVIADAS AO CADPREV

 FONTE: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/index.xhtml>

1 - DIRIGENTES

MEMBRO	CARGO	REQUISITOS EXIGIDOS PORTARIA 1467/2022		INFORMADO AO CADPREV
FELIPE MOURA SALAES	PRESIDENTE		CERT. NEG. ANT. CRIMINAIS	SIM
			EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
			FORMAÇÃO SUPERIOR	
			CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
AMIDES TAVARES DE SOUZA	MEMBRO DA DIRETORIA		CERT. NEG. ANT. CRIMINAIS	SIM
			EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
			FORMAÇÃO SUPERIOR	
			CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
			EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
			FORMAÇÃO SUPERIOR	
			CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	

2 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS

MEMBRO	CARGO	REQUISITOS EXIGIDOS PORTARIA 1467/2022		INFORMADO AO CADPREV
AMIDES TAVARES DE SOUZA	DIRETOR DE INVESTIMENTOS		CERT. NEG. ANT. CRIMINAIS	SIM
			FORMAÇÃO SUPERIOR	
			CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
			EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	

3 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS

MEMBRO	CARGO	REQUISITOS EXIGIDOS PORTARIA 1467/2022		INFORMADO AO CADPREV
			CERT. NEG. ANT. CRIMINAIS	

FRANCISCO A. CACAU JÚNIOR	PRESIDENTE		EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	SIM
AMIDES TAVARES DE SOUZA	VICE -PRESIDENTE		CERT. NEG. ANT. CRIMINAIS	SIM
			CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
			EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
FELIPE MOURA SALES	MEMBRO		CERT. NEG. ANT. CRIMINAIS	SIM
			CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
			EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
RAYSE ALYNE BITHS DE LIMA LIMA	MEMBRO		CERT. NEG. ANT. CRIMINAIS	SIM
			EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	

TABELA 06 – CERTIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIDORES

NOTA:

Nível I: Os dirigentes do órgão ou unidade gestora do RPPS, assim considerados o representante legal do órgão ou entidade gestora e a maioria dos demais diretores, a maioria dos membros titulares do conselho deliberativo, a maioria dos membros titulares do conselho fiscal, o responsável pela gestão das aplicações dos recursos e a totalidade dos membros titulares do comitê de investimentos deverão possuir a certificação correspondente, dentro do prazo de validade durante a auditoria de certificação nos níveis básico, intermediário ou avançado, conforme definido no item 3. do Manual da Certificação dos Dirigentes e Conselheiros, considerando o porte do RPPS e o volume de recursos;

Nível II: idem Nível I;

6.8 ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO

3.6 DIMENSÃO: CONTROLE INTERNO

AÇÃO RELACIONADA: ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO

Em alinhamento preciso com as diretrizes do Manual do Pró-Gestão, o Sistema de Controle Interno do RBPREV apresenta uma estrutura robusta e estrategicamente delineada. Esta função vital é exercida por um servidor especificamente designado, que assume as atribuições de controle interno com responsabilidades abrangentes: conduz o monitoramento contínuo e avaliação metódica da conformidade dos processos institucionais frente às normativas e procedimentos estabelecidos pela administração, além de proporcionar orientação técnica especializada aos demais servidores, fomentando assim o aprimoramento sistemático das atividades organizacionais.

O Conselho Deliberativo do RPPS, no exercício de suas competências, define com rigor os parâmetros e critérios que norteiam a elaboração dos relatórios pelo

controle interno. Tais critérios constituem instrumentos essenciais para a aferição qualitativa das análises produzidas, contemplando dimensões fundamentais como a abrangência temática das verificações realizadas, a funcionalidade prática das avaliações, o impacto institucional das constatações e a efetividade das recomendações formuladas.

A Resolução nº 076 de 13 de setembro de 2012, publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC), que enfatizou a necessidade imperativa de reestruturação do controle interno para atuação mais efetiva nos aspectos críticos da gestão dos controles internos, o RBPREV implementou significativas modificações em sua estrutura.

Atualmente, o Controle Interno designou através da PORTARIA Nº 080/2025, de 04 de abril de 2025, a servidora com capacitação necessária para exercer o cargo. Com base na Resolução TCE nº 076/2012, que estabelece diretrizes para a estruturação e funcionamento do Sistema de Controle Interno nos Poderes e Órgãos no Estado do Acre, onde o art. 5º em que se fundamentou o Acórdão ora abordado, dispõe: Art. 5º O SCl deverá ser composto unicamente por servidores investidos em cargos de provimento efetivo, recrutados por meio de concurso público entre categorias profissionais distintas, cuja habilitação seja compatível com a natureza das respectivas atribuições, os quais terão atuação exclusiva na unidade.

NOTA:

Nível I: Existência na estrutura organizacional do ente federativo, de uma área comum de controle interno que atenda ao RPPS, com emissão de relatório semestral que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas. Deverá ser capacitado em controle interno pelo menos 1 (um) servidor da unidade gestora;

Nível II: Existência na estrutura organizacional do ente federativo, de área comum de controle interno que atenda ao RPPS, com emissão de relatório semestral que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas. Deverão ser capacitados em controle pelo menos 2 (dois) servidores da unidade gestora.

6.9 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão
VERSÃO 3.6 DIMENSÃO: CONTROLE
INTERNO

AÇÃO RELACIONADA: POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Gestão de Processamento de Dados / CPSI - 2º Semestre de 2025 Período: julho a dezembro de 2025.

Este relatório sintetiza as principais informações relacionadas à adequação das Políticas de Sustentabilidade, Segurança da Informação, Educação Previdenciária e Pró-Gestão. Embora muitos dos dados aqui apresentados não sejam diretamente de responsabilidade do DITI, foram organizados de maneira a facilitar a compreensão e o acompanhamento eficaz das atividades envolvidas.

PARQUE TECNOLÓGICO E INFRAESTRUTURA

O Instituto conta com 7 computadores e 12 monitores próprios em uso, adquiridos em licitações antigas. Além disso, possui 08 computadores, 21 monitores e 02 notebooks em desuso, devido à obsolescência dos equipamentos. Para o atendimento dos setores (Gabinete da Presidência, Diretorias, Controle Interno, Coordenadoria Administrativa, Assessoria Jurídica, Recepção, Diretoria de Previdência, Recursos Humanos e o setor de informática - DITI), o instituto dispõe de 25 computadores, 50 monitores e 2 notebooks locados sob o mesmo contrato de prestação de serviços.

A internet é fornecida por meio do contrato centralizado do município com a prestadora de serviços de internet, sem ônus financeiro direto ou pagamento por parte do RBPREV, sendo a rede cabeada responsável por proporcionar maior estabilidade. Os sistemas e aplicativos estão configurados para atualização automática, priorizando sempre as atualizações críticas.

GESTÃO DOCUMENTAL E SISTEMAS OPERACIONAIS

O Instituto mantém em operação o Sistema SEI para a tramitação de processos administrativos e gestão documental, consolidando a rotina de trabalho de servidores e conselheiros. A gestão centralizada de dados institucionais é realizada através do Sistema RBWEB, que atua como o principal sistema de gestão do RBPREV, contendo informações detalhadas de servidores ativos, aposentados, pensionistas, além dos dados referentes a licitações e demais processos administrativos. A geração de boletos é realizada através do Sistema DAP, enquanto a gestão e concessão de aposentadorias são processadas pelo Sistema SISAP. Estas ferramentas estão em pleno funcionamento, garantindo a eficiência no atendimento aos segurados e a agilidade nas rotinas internas da gestão.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Manual de Política de Segurança da Informação (PSI) do RBPREV foi recentemente atualizado e institucionalizado pela Portaria nº 042/2026. As rotinas de salvaguarda de dados são integradas ao sistema de proteção do Datacenter Municipal

(SDTI), que realiza backups periódicos (Full, diferenciais e incrementais) de todas as máquinas virtuais e bancos de dados em storages isolados, garantindo redundância externa. A proteção das estações de trabalho envolve práticas de navegação segura e varredura contínua contra códigos maliciosos. Conforme a PSI, todo usuário deve possuir identificação única e pessoal vinculada ao domínio via Active Directory, sendo vedado o compartilhamento de senhas. É obrigatório o encerramento das estações de trabalho e o desligamento dos equipamentos ao final do expediente. O controle de acesso físico aos servidores que hospedam os sistemas do Instituto é realizado no Datacenter Municipal, contando com camadas de segurança que incluem autenticação por biometria, monitoramento contínuo por câmeras (CFTV) e sistemas de energia ininterrupta.

AMEAÇAS E CONSCIENTIZAÇÃO

Os principais eventos de segurança registrados no ambiente corporativo do Instituto referem -se ao recebimento de tentativas de fraudes e spam via e-mail institucional. Em resposta, as orientações preventivas são disseminadas continuamente aos servidores, com destaque atual para a necessidade de conscientização sobre fraudes sofisticadas que utilizam Inteligência Artificial para simulação de voz e imagem, capazes de criar conteúdos altamente convincentes.

A Divisão de Tecnologia da Informação (DITI), em parceria com a Diretoria Executiva, mantém o corpo funcional informado sobre as melhores práticas de segurança digital. Informações sobre proteção, prevenção de fraudes e diretrizes da Política de Segurança da Informação (PSI) são compartilhadas por meio de comunicados internos, redes sociais oficiais, portal da transparência e durante eventos previdenciários.

Desde a implementação da nova política de segurança, a DITI tem atuado de forma ativa no suporte às demandas dos diversos setores do Instituto, prestando orientações presenciais e telefônicas e atualizando as equipes sobre novos cenários de ameaças digitais. A Presidência tem integrado a segurança digital e a educação previdenciária ao planejamento estratégico, garantindo que o tema seja uma prioridade para todos os servidores e colaboradores.

LGPD, PRIVACIDADE E ASSINATURA DIGITAL

O Instituto mantém consultas regulares à Assessoria Jurídica para assegurar a

estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Os Termos de Uso e a Política de Privacidade do Portal oficial encontram-se atualizados e alinhados à legislação pertinente, garantindo a transparência no tratamento dos dados dos segurados. A Assessoria Jurídica, o Controle Interno e a Divisão de Tecnologia da Informação (DITI) participam continuamente de eventos, cursos e seminários sobre privacidade e LGPD. Esse fluxo de conhecimento assegura que todos os documentos, fluxos de processos e publicações institucionais sejam permanentemente adaptados às exigências legais e normativas.

A Assessoria Jurídica, o Controle Interno e a Divisão de Tecnologia da Informação (DITI) participam continuamente de eventos, cursos e seminários sobre privacidade e LGPD. Esse fluxo de conhecimento assegura que todos os documentos, fluxos de processos e publicações institucionais sejam permanentemente adaptados às exigências legais e normativas. Todas as assinaturas digitais utilizadas na autarquia seguem rigorosamente o padrão ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira), garantindo a autenticidade, integridade e não repúdio aos documentos emitidos. Os certificados digitais dos gestores e servidores autorizados são monitorados quanto à sua validade, sendo renovados periodicamente para manter a plena operação dos sistemas institucionais, como o SEI e as plataformas de gestão previdenciária.

COMUNICAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E PORTAL

As redes sociais oficiais e o portal corporativo do RBPREV são continuamente atualizados com notícias, avisos, galerias de fotos, eventos, registros de reuniões e documentos de publicação obrigatória. As redes sociais oficiais e o portal recebe atualizações com conteúdos focados em atividades institucionais, campanhas de conscientização, qualidade de vida, saúde, qualificação dos servidores e atos de gestão, em conformidade com as diretrizes do Manual do Pró-Gestão. Periodicamente, são abordados temas relacionados às práticas sustentáveis e uso consciente de recursos públicos.

A atualização do campo de legislação e o fluxo de documentos oficiais são realizados em conjunto pela DITI e os setores competentes, garantindo que o portal seja uma ferramenta confiável de transparência. O portal, as portarias, os demonstrativos de investimentos, os relatórios de controle interno, o portal da transparência, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o organograma, a política de privacidade, os termos de uso, as páginas de conselhos e comitês, o cronograma de ações, as cartas de serviços e o campo de gestão atuarial. A DITI mantém o monitoramento constante do ambiente para assegurar que todas

as seções estejam em conformidade com as exigências de publicidade do Pró-Gestão.

A DITI, em colaboração com os setores administrativos, realiza a padronização e formatação de manuais, cartilhas, periódicos e outras publicações digitais e impressas do RBPREV, além de elaborar artes e conteúdos para redes sociais, informativos sobre datas importantes, eventos e ações institucionais. O mapeamento de processos e os documentos do Planejamento Estratégico são estruturados pelo Controle Interno com dados consolidados de todos os setores do Instituto.

PADRONIZAÇÃO E IDENTIDADE VISUAL

O RBPREV utiliza em seus documentos e mídias oficiais o logotipo institucional e o selo oficial da Certificação do Pró-Gestão (Ministério da Previdência Social), além de exibir, quando aplicável, o logotipo da TOTUM, que indica a certificação profissional exigida pelo Pró-Gestão.

O Instituto concluiu a padronização das assinaturas e papéis timbrados, integrando o logotipo oficial da Certificação Profissional em documentos do Gabinete da Presidência, portarias da Diretoria de Benefícios, portarias do Setor Jurídico, documentos do Controle Interno, bem como nos atos dos conselhos e comitês institucionais (CONFIS, CAPS e COIN).

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA, PESQUISA DE SATISFAÇÃO E PLANO DE RISCO

O plano de capacitação dos gestores, servidores, membros dos Conselhos e do Comitê de Investimentos foi definido pela Presidência, em conjunto com a Diretoria Executiva e o setor de Recursos Humanos, conforme os padrões do Pró-Gestão.

A Cartilha Previdenciária permanece sem alterações, estando disponível no portal institucional.

O Plano de Risco está definido e não sofreu alterações no período analisado.

NOTA:

Nível I: Deve abranger todos os servidores e prestadores de serviço que acessem informações do RPPS, indicando a responsabilidade de cada um quanto à segurança da informação.

Nível II: Adicionalmente aos requisitos do Nível I: a) indicar regras normativas quanto ao uso da Internet, do correio eletrônico e dos computadores e outros recursos tecnológicos do RPPS; e b) definir procedimentos de contingência, que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso (físico e lógico) e a área responsável por elas, estando esses procedimentos mapeados e manualizados.

GESTÃO E CONTROLE DA BASE DE DADOS CADASTRAIS

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO

3.6 DIMENSÃO: CONTROLE INTERNO

AÇÃO RELACIONADA: GESTÃO E CONTROLE DA BASE DE DADOS CADASTRAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

A atualização permanente da base de dados cadastrais permite ao ente federativo maior controle da massa de seus segurados e garante que as avaliações atuariais anuais

reflitam a realidade dessa base, possibilitando, dessa forma, a correta organização e revisão dos planos de custeio e benefícios, conforme estabelece o art. 1º, inciso I da Lei nº 9.717/1998.

Também garante maior regularidade na concessão dos benefícios, com celeridade e segurança funcional para os segurados e trabalhadores dos RPPS.

O controle, a atualização e a integridade das bases de dados cadastrais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS fundamentam-se, essencialmente, na transmissão regular de informações por meio do eSocial e na execução sistemática do Recenseamento Previdenciário. Esse processo censitário estrutura-se em três eixos técnicos fundamentais: a validação cadastral dos dados funcionais e pessoais dos segurados; a realização da Prova de Vida para confirmação da existência dos beneficiários; e o batimento de dados junto ao Sistema de Informações de Registro Civil – SIRC, destinado à verificação da conformidade das informações relativas a titulares e dependentes.

O Censo Anual dos Aposentados e Pensionistas é operacionalizado mediante sistema de atualização contínua, com cronograma mensal de recadastramento vinculado ao mês de aniversário de cada beneficiário. Essa metodologia configura rotina institucional do RBPREV e estabelece mecanismos automáticos de controle, incluindo o bloqueio temporário dos pagamentos nos casos de não realização do recadastramento no prazo definido, permanecendo a suspensão até a efetiva regularização cadastral.

Para atender segurados residentes fora da região de Rio Branco, ou com dificuldades de locomoção, o Instituto implementou modalidade de atendimento remoto por meio de videoconferência, operacionalizada via linha telefônica institucional com funcionalidade de WhatsApp empresarial. Essa alternativa viabiliza a realização do Censo Previdenciário e da Prova de Vida de forma remota, assegurando acessibilidade, eficiência operacional e redução de custos administrativos, ao dispensar a exigência de procedimentos cartoriais onerosos.

As informações apresentadas para o controle interno institucional consolidam as ações desenvolvidas pelo RBPREV ao longo do exercício de 2025. Esse resultado evidencia a efetividade das metodologias adotadas, fundamentadas em abordagem integrada que contemplou atendimento presencial, visitas domiciliares aos beneficiários com impossibilidade de locomoção e a utilização do Sistema, permitindo a realização da Prova de Vida de forma presencial e on-line, com ampla inclusão dos segurados.

O êxito obtido na execução do Recadastramento/Prova de Vida reafirma o Censo Previdenciário como instrumento de governança de caráter estratégico no âmbito dos regimes próprios de previdência social. Sua relevância ultrapassa a mera atualização cadastral, uma vez que fornece informações precisas, atualizadas e confiáveis sobre a população beneficiária, essenciais à sustentabilidade do sistema, à equidade na concessão de benefícios e à tomada de decisões técnicas fundamentadas.

No campo do controle e da integridade dos pagamentos, o Censo Previdenciário contribui de forma significativa para o combate a fraudes e irregularidades, ao possibilitar a identificação de óbitos não comunicados, inconsistências cadastrais e inconformidades em vínculos e dependências, mitigando riscos de pagamentos indevidos e assegurando a correta aplicação dos recursos previdenciários.

Adicionalmente, os dados consolidados pelo censo subsidiam os estudos atuariais, permitindo análises mais precisas quanto ao perfil etário, à expectativa de longevidade e às projeções financeiras do fundo previdenciário. Essas informações são indispensáveis para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime, orientando a definição de alíquotas, políticas de investimento e estratégias de sustentabilidade de longo prazo. No âmbito da gestão de benefícios, a atualização cadastral sistemática promove a otimização dos processos administrativos, reduz inconsistências, agiliza a manutenção dos benefícios e fortalece os mecanismos de controle, ao mesmo tempo em que reduz a burocracia para os beneficiários regularmente habilitados.

Destaca-se que os resultados alcançados refletem o empenho técnico, a dedicação e o elevado profissionalismo das servidoras que integram o Setor de Recepção, Protocolo e Assistência Social, responsáveis pela coordenação das etapas de convocação, acolhimento e processamento das informações. As estratégias de comunicação, logística e suporte técnico adotadas, especialmente no atendimento domiciliar e na operacionalização do atendimento por vídeo, foram determinantes para a efetividade das ações desenvolvidas.

Por fim, ressalta-se que a realização do Recadastramento/Prova de Vida vinculada ao mês de aniversário dos beneficiários aposentados e pensionistas atende integralmente aos critérios estabelecidos pelo Pró-Gestão RPPS, no qual o RBPREV possui certificação no Nível I, reafirmando o compromisso institucional com a excelência da gestão previdenciária, a sustentabilidade do sistema e a garantia dos direitos dos segurados e beneficiários.

6.9.1 Resultado Alcançado no 2º Semestre 2025

Para fins de comprovação junto à Auditoria do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS), o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Branco – RBPREV declara que:

- Rastreabilidade e formalização dos procedimentos: O resultado foi obtido mediante processo rigoroso de coleta, validação e formalização de dados, com a constituição de arquivos comprobatórios contendo registros fotográficos e termos de comparecimento devidamente assinados, assegurando a plena

rastreabilidade e a contabilização integral dos beneficiários na etapa de Coleta de Dados.

- Rotina ordinária de prova de vida: A Autarquia adota, como procedimento padrão, a realização da Prova de Vida mediante comparecimento presencial do segurado no respectivo mês de aniversário, conforme cronograma institucional previamente estabelecido.
- Mecanismo de controle e sanção administrativa: O não atendimento à convocação no prazo definido implica o bloqueio imediato do pagamento do benefício, o qual permanece suspenso até a efetiva regularização da situação cadastral pelo segurado.
- Efetividade da metodologia adotada: A sistemática implementada tem demonstrado elevada eficácia operacional e gerencial, refletida na adesão evolução considerada alta dos aposentados e pensionistas à rotina de Prova de Vida adotada pelo RBPREV.

Conforme se observa na tabela abaixo, apresenta-se o resumo dos resultados referentes ao exercício de 2025, no qual foi alcançada média de 100% de comparecimento, atingindo integralmente a meta estabelecida.

RESUMO DO EXERCÍCIO DE 2025



Tabela 07: COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

7 GOVERNANÇA CORPORATIVA

O relatório apresenta informações específicas conforme os requisitos mínimos estabelecidos para o nível de certificação, incluindo dados detalhados sobre os segurados, com quantitativos de servidores ativos, aposentados e pensionistas, além do resumo das folhas de pagamentos, valores de arrecadação de contribuições, outras receitas, pagamentos de benefícios e demais despesas.

A evolução da situação atuarial é contemplada, abrangendo o custo previdenciário total, a evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício, bem como a evolução do resultado referente ao equilíbrio financeiro e atuarial e do plano de custeio.

No que concerne à gestão de investimentos, o relatório contém uma descrição minuciosa dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entrada e saída de recursos.

São publicadas as atividades dos órgãos colegiados, incluindo reuniões e principais decisões do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.

As atividades institucionais também compõem o documento, englobando gestão de pessoal, gestão orçamentária e financeira, gerenciamento do custeio e contratos, controles internos, imagem institucional, cumprimento de decisões judiciais ou declaração de inexistência dessa responsabilidade direta pela unidade gestora do RPPS, além da conformidade com normas, regras e padrões legais e infralegais estabelecidos.

As ações implementadas pelo RBPREV no âmbito do programa Pró-Gestão são sistematicamente documentadas e avaliadas conforme demonstrado na tabela a seguir, os itens aqui demonstrados contemplam exigência conforme o quadro abaixo.

QUADRO 2 - AÇÕES RELACIONADAS À DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA
2.1 - RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
2.2 - PLANEJAMENTO
2.3 - RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL
2.4 - CÓDIGO DE ÉTICA
2.5 - POLÍTICAS PREVIDENCIÁRIAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO SERVIDOR E REVISÃO DE APÓS. POR INCAPACIDADE
2.6 - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
2.7 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS
2.8 - TRANSPARÊNCIA
2.10 - SEGREGAÇÃO DAS ATIVIDADES
2.11 - OUVIDORIA
2.12 - DIRETORIA EXECUTIVA
2.13 - CONSELHO FISCAL - COFINS
2.14 - CONSELHO DELIBERATIVO - CAPS
2.16 - GESTÃO DE PESSOAS

TABELA 8 - Ações relacionadas às dimensões

O QUE HOJE TEMOS ATUALIZADOS NO RBPREV:

DESCRIÇÃO	ATUALIZADO
RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	☐
PLANEJAMENTO	☐
RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL	☐
CÓDIGO DE ÉTICA	☐
POLÍTICA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO SERVIDOR E REVISÃO DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE	☐
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	☐
COMITÊ DE INVESTIMENTO	☐
TRANSPERÊNCIA	☐
SEGREGAÇÃO DAS ATIVIDADES	☐
OUVIDORIA	☐
DIRETORIA EXECUTIVA	☐
CONSELHO FISCAL - COFINS	☐
CONSELHO DELIBERATIVO - CAPS	☐
GESTÃO DE PESSOAS	☐

TABELA 9 - Ações relacionadas às dimensões implementadas no RBPREV.

7.1 RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO

3.6 DIMENSÃO: GOVERNANÇA CORPORATIVA

AÇÃO RELACIONADA: RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Branco – RBPREV mantém rigoroso sistema de prestação de contas e transparência através da elaboração semestral de Relatórios de Governança e do Relatório Anual de Governança Corporativa. Este último integra a Prestação de Contas do Exercício submetida anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Estado do Acre - TCE/AC em março, sendo simultaneamente disponibilizado no portal institucional: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/relatorio-governanca-corporativa>

Tais relatórios apresentam estrutura abrangente que contempla: os fundamentos da governança institucional; os órgãos deliberativos e consultivos; os canais de comunicação integrada que permitem o fluxo informacional entre todos os níveis organizacionais; e os índices de satisfação dos participantes.

Os resultados dessas avaliações são analisados semestralmente, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento da gestão e incluindo dados da Ouvidoria Previdenciária. Complementarmente, quando pertinente, são incorporados os procedimentos e pareceres da auditoria interna.

Cabe destacar que o IPSEMC adotou práticas de governança alinhadas aos padrões do Pró-Gestão RPPS antes mesmo da implementação deste programa, evidenciando seu compromisso histórico com a excelência na gestão pública previdenciária. Desde muito antes de 2023, em conformidade com as diretrizes do Pró-Gestão RPPS, o Instituto elabora sistematicamente Relatórios de Governança Semestral, consolidando seu modelo de gestão transparente e orientada a resultados.

7.2 PLANEJAMENTO

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão

VERSÃO 3.6 DIMENSÃO:

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A unidade gestora do RPPS integra o planejamento como elemento fundamental de sua gestão, desenvolvendo Plano de Ação ou Planejamento Estratégico que recebe ampla divulgação. Este planejamento contempla ações a serem implementadas, metas para aprimoramento de cada processo, designação de responsabilidades, estabelecimento de prazos e monitoramento qualitativo dos resultados alcançados. As principais diretrizes do Plano de Ação ou Planejamento Estratégico são amplamente divulgadas, assim como os resultados de sua análise qualitativa.

Para cada nível de certificação existem exigências específicas. No caso do nível I, que é o aplicável à instituição, são atendidos os seguintes requisitos: no Nível I, apresentação de Plano de Ação Anual contendo metas quantitativas a serem atingidas no exercício para as áreas de gestão de ativos e passivos, permitindo o acompanhamento dos resultados pretendidos, com ênfase na área de benefícios; no caso do Nível II, apresentação de Plano de Ação Anual com metas quantitativas a serem alcançadas no exercício para todas as grandes áreas de atuação do RPPS conforme Anexo 7 do Manual, possibilitando o acompanhamento dos resultados pretendidos.

Na nossa página na internet <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/planejamento> se encontra publicado, todos os planejamentos estratégicos da nossa autarquia.

7.3 GESTÃO ATUARIAL

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO

3.6 DIMENSÃO: GOVERNANÇA CORPORATIVA

AÇÃO RELACIONADA: RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL

Durante 2º semestre de 2025, a Diretoria de Gestão Atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Branco RBPREV manteve suas atividades voltadas à análise e ao acompanhamento dos aportes suplementares, à gestão da sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e à promoção da disseminação do conhecimento previdenciário.

Dentre as principais ações desenvolvidas não só no último semestre, mas também nos anos anteriores houve a avaliação atuarial, destacando o monitoramento sistemático e a comunicação dos valores referentes aos aportes mensais e a sustentabilidade.

No período em análise, foram realizadas reuniões técnicas com a Secretaria de Finanças, com o objetivo de avaliar a necessidade de alteração dos aportes suplementares, considerando o contexto financeiro e fiscal enfrentado pelo Município.

NOTA: Nível I: Elaboração do Relatório de Gestão Atuarial, contemplando a análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas; Nível II: Idem ao Nível I;

7.4 CÓDIGO DE ÉTICA

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO 3.6

DIMENSÃO: GOVERNANÇA CORPORATIVA

AÇÃO RELACIONADA: CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética representa um instrumento fundamental que retrata a missão, visão e princípios norteadores de uma organização. Este documento deve ser amplamente divulgado entre todos os colaboradores, assegurando que estejam plenamente cientes de suas responsabilidades profissionais e institucionais. Por meio dele, torna-se possível conhecer em profundidade os valores cultivados pela instituição e compreender sua função e impacto na sociedade.

O Código de Conduta, derivado do Código de Ética, complementa este arcabouço normativo ao estabelecer diretrizes específicas e regras objetivas que devem ser rigorosamente cumpridas por todos os membros da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

É imperativo que a unidade gestora do RPPS ou o ente federativo possua um Código de Ética estruturado e atualizado, disponibilizando-o em seu site oficial: https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/documentos/cartilha_cod_etica.pdf e garantindo sua disseminação entre servidores, segurados e demais partes relacionadas. Esta prática reafirma o compromisso inequívoco dos gestores do RPPS com uma atuação responsável, transparente e sustentável, fortalecendo a governança institucional e a confiança dos beneficiários no sistema previdenciário.

NOTA: Nível I: Divulgação do Código de Ética do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS aos servidores do RPPS, segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos membros dos órgãos colegiados e partes relacionadas (fornecedores, prestadores de serviço, agentes financeiros e outros);
Nível II: Idem ao Nível I;

7.5 POLÍTICAS PREVIDENCIÁRIAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO SERVIDOR E A REVISÃO DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão
VERSÃO 3.6 DIMENSÃO GOVERNANÇA
CORPORATIVA

AÇÃO RELACIONADA: POLÍTICAS PREVIDENCIÁRIAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO SERVIDOR E A REVISÃO DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE

A Autarquia Pública Previdenciária “RBPREV” deve, sem prejuízo do cumprimento das obrigações legais pertinentes, implementar ações estratégicas voltadas à prevenção e redução dos riscos inerentes ao ambiente laboral e das situações que potencialmente provocam incapacidade laborativa dos servidores públicos.

É imprescindível estabelecer sistemas eficazes de controle e manter rigorosa documentação conforme exigido pela legislação, visando subsidiar eventual concessão futura de aposentadoria por incapacidade permanente ou aposentadoria especial decorrente de exposição a agentes nocivos.

Sempre que tecnicamente viável, o ente federativo deve priorizar a adoção de medidas protetivas que eliminem ou minimizem as situações de risco ocupacional, reduzindo assim as circunstâncias que legalmente fundamentariam a concessão desses benefícios previdenciários, promovendo simultaneamente a saúde ocupacional e a sustentabilidade do regime previdenciário.

NOTA: Nível I: Implantar ações isoladas em saúde do servidor, que contemplem:

- a) Realizar exames médicos admissionais dos aprovados em concurso público, como requisito para posse e nomeação;
- b) Manter o serviço de perícia médica na unidade gestora do RPPS ou no ente federativo, por servidores do quadro efetivo ou contratados por meio de terceirização;
- c) Realizar ações educativas para redução dos acidentes de trabalho; e
- d) Realizar periodicamente, no prazo máximo de 04 (quatro) anos, a revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente, para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão do benefício, sendo dispensados de revisão as situações específicas previstas em norma federal ou estabelecidas para os segurados vinculados ao RGPS.

Nível II: idem ao Nível I;

7.6 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão
VERSÃO 3.6 DIMENSÃO GOVERNANÇA
CORPORATIVA
AÇÃO RELACIONADA: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos representa um elemento estratégico crucial para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), uma vez que a gestão eficiente dos ativos é fundamental para garantir sua sustentabilidade financeira a longo prazo. Esta política encontra seu fundamento normativo nos artigos 4º e 5º da Resolução CMN nº 4.963/2021, constituindo-se como instrumento essencial para assegurar a observância dos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação às obrigações previdenciárias e transparência na aplicação dos recursos e avaliação de riscos.

Anualmente, seu conteúdo deve ser encaminhado à Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC) do Ministério da Previdência (MPS) por meio do Demonstrativo da Política de Investimentos (DPIN), conforme estabelecido no art. 241, IV, "a", da Portaria MTP nº 1.467/2022.

A Política de Investimentos transcende a mera obrigação formal de elaboração de um documento anual, configurando-se como valioso instrumento de planejamento financeiro ao:

- Definir o índice referencial de rentabilidade a ser perseguido pelos gestores no exercício subsequente
- Estabelecer estratégias de alocação de recursos
- Determinar diretrizes e metas de investimentos
- Permitir o monitoramento contínuo, através de relatórios periódicos, dos resultados alcançados durante sua execução

A Política Anual de Investimentos do RBPREV foi criada no âmbito do Instituto de Previdência do Município de Rio Branco – RBPREV, por meio do art. 31 da Lei Municipal nº 1.963, de 20 de fevereiro de 2013, com composição de 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente.

O Decreto Municipal nº 1.241, de 10 de abril de 2013, regulamenta o artigo 31 supracitado, cujo objetivo é funcionar como órgão consultivo e propositivo sobre as decisões de investimentos e ou resgates dos recursos do RBPREV.

O comitê pauta suas decisões pela legislação pertinente aos Regimes Próprios

de Previdência dos Servidores Públicos e pela Política de Investimentos do RBPREV, aprovada pelo Conselho de Administração de Previdência Social – CAPS.

Cabe ao Comitê fornecer subsídios para elaboração da Política de Investimentos, analisando conjunturas, cenários e perspectivas de mercado financeiro entre outros temas pertinentes as aplicações dos recursos do RBPREV.

A política está em total conformidade com a legislação vigente, atendendo aos requisitos da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, e da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2024. Os resultados dos investimentos e as receitas das aplicações financeiras referentes ao período do 1º ao 4º trimestre de 2024 podem ser consultados através do demonstrativo disponível no portal do IPSEMC: https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/documentos/relatorios_de_investimentos/relatorio_Investimentos_dez_2025.pdf. Esta política reflete o compromisso da instituição com a transparência e a gestão responsável dos recursos previdenciários, assegurando aos beneficiários a solidez e sustentabilidade do sistema.

CREDITO & MERCADO

Retorno e Meta de Rentabilidade acumulados no ano de 2025

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acum	Retorno Mês	Retorno Acum	Meta Mês	Meta Acum	Gap Acum	VaR
Janeiro	1.100.107.325,03	86.199.455,49	105.963.904,40	1.096.749.749,27	16.406.873,15	16.406.873,15	1,49%	1,49%	0,61%	0,61%	245,46%	1,86%
Fevereiro	1.096.749.749,27	44.491.221,07	26.762.657,19	1.117.083.150,97	2.604.837,82	19.011.710,97	0,23%	1,73%	1,72%	2,34%	73,89%	1,61%
Março	1.117.083.150,97	19.976.157,34	8.580.000,00	1.135.848.247,55	7.368.939,24	26.380.650,21	0,65%	2,39%	0,95%	3,31%	72,30%	1,59%
Abril	1.135.848.247,55	18.535.962,20	9.085.577,96	1.164.490.188,39	19.191.556,60	45.572.206,81	1,68%	4,11%	0,84%	4,18%	98,40%	2,31%
Mai	1.164.490.188,39	44.833.672,70	34.082.361,95	1.193.077.975,42	17.836.476,28	63.408.683,09	1,52%	5,69%	0,69%	4,89%	116,29%	1,55%
Junho	1.193.077.975,42	12.773.790,02	9.253.890,00	1.206.711.924,02	10.114.048,58	73.522.731,67	0,85%	6,58%	0,65%	5,57%	118,16%	1,22%
Julho	1.206.711.924,02	43.343.595,26	35.160.112,55	1.220.730.652,23	5.835.245,50	79.357.977,17	0,48%	7,09%	0,73%	6,34%	111,90%	1,21%
Agosto	1.220.730.652,23	22.636.959,76	15.264.211,71	1.247.673.776,34	19.570.376,06	98.928.353,23	1,59%	8,80%	0,32%	6,68%	131,83%	1,52%
Setembro	1.247.673.776,34	17.888.338,79	9.422.645,14	1.273.351.859,01	17.212.389,02	116.140.742,25	1,37%	10,29%	0,93%	7,67%	134,24%	1,12%
Outubro	1.273.351.859,01	24.833.356,99	9.360.000,00	1.305.758.260,88	16.933.044,88	133.073.787,13	1,31%	11,74%	0,56%	8,27%	142,02%	1,15%
Novembro	1.305.758.260,88	12.310.493,33	11.911.068,43	1.325.671.122,28	19.513.436,50	152.587.223,63	1,49%	13,41%	0,57%	8,88%	151,00%	1,26%
Dezembro	1.325.671.122,28	39.042.039,06	17.264.014,00	1.360.782.875,37	13.333.728,03	165.920.951,66	0,99%	14,53%	0,78%	9,73%	149,39%	2,00%

Investimentos x Meta de Rentabilidade x PL

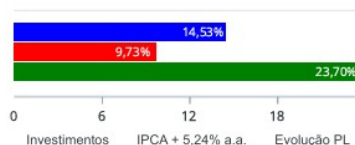


TABELA 10 – Retorno e Meta de Rentabilidade acumulados em 2025.

NOTA:

Nível I: Elaboração de relatórios mensais de investimentos, contendo a posição da carteira por segmentos e ativos, com as informações de riscos, rentabilidades, instituição financeira e limites da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da Política de Investimentos, com parecer mensal do Comitê de Investimentos, seguido de aprovação pelo Conselho Fiscal, referente ao acompanhamento das rentabilidades e dos riscos das diversas modalidades de operação realizadas e da aderência das alocações e processos decisórios de Investimentos à Política de Investimentos, bem como o relatório

anual de investimentos, com a consolidação de todas as informações relativas ao exercício anterior, incluindo a conjuntura econômica, os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas, o comportamento do fluxo de caixa e das aplicações financeiras, a composição do ativo, a evolução

do orçamento e a composição da carteira de imóveis, se houver. Entende-se por aprovação do conselho fiscal, parecer emitido por esse colegiado que demonstre a sua conformidade, devendo ser emitido com periodicidade mínima trimestral;

Nível II: Adicionalmente aos requisitos do Nível I: elaboração e divulgação no site do RPPS do cronograma mensal das atividades a serem desempenhadas relativas à gestão dos recursos, elaboração de relatórios semestrais de diligências que contenha, no mínimo: a) verificação dos ativos que compõem o patrimônio dos fundos de investimentos, incluindo os títulos e valores mobiliários aplicados pelo RPPS, excluídos os títulos públicos; b) análise da situação patrimonial, fiscal e comercial das empresas investidas, por meio de Fundos de Investimentos em Participações - FIP; c) análise do Relatório de Rating dos ativos no caso de Fundos de Renda Fixa (salvo aqueles que aplicam seus recursos exclusivamente em títulos públicos), Aplicações diretas em Ativos Financeiros de Renda Fixa, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), Fundos de Renda Fixa – Crédito Privado e Fundos de Debêntures de Infraestrutura; d) análise do Relatório de Avaliação de Imóveis no

7.7 COMITÊ DE INVESTIMENTOS

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO

3.6 DIMENSÃO: GOVERNANÇA CORPORATIVA

AÇÃO RELACIONADA: COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos constitui-se como órgão colegiado essencial à estrutura do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), sendo responsável por participar ativamente nos processos decisórios relacionados à formulação e execução da Política de Investimentos. Sua instituição e funcionamento seguem diretrizes fundamentais estabelecidas no artigo 91 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

A operacionalização deste importante colegiado deve estar claramente definida em regimento interno específico, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo do RPPS. Os integrantes do Comitê necessitam atender a critérios rigorosos de qualificação técnica, observar elevados padrões éticos de conduta profissional e demonstrar autonomia no processo decisório.

Com periodicidade mínima mensal, o Comitê de Investimentos deve reunir-se para exercer suas atribuições primordiais, que compreendem:

- Deliberar sobre a alocação estratégica e tática dos recursos financeiros, respeitando os parâmetros e limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Política de Investimentos vigente
- Analisar detalhadamente os resultados financeiros obtidos
- Avaliar o contexto macroeconômico e seus possíveis impactos na gestão dos recursos

- Monitorar continuamente o desempenho da carteira de investimentos, propondo ajustes quando necessário

Este modelo de governança fortalece o processo decisório relacionado à gestão dos recursos previdenciários, contribuindo para a solidez e sustentabilidade financeira do RPPS.

As deliberações do Comitê de Investimentos devem fundamentar-se em análises técnicas abrangentes que contemplem múltiplas dimensões relevantes para a gestão previdenciária. Este processo decisório estruturado requer a consideração dos seguintes elementos essenciais:

1. Análise do Panorama Econômico Global e Doméstico - Avaliação das tendências macroeconômicas, identificação de oportunidades e ameaças nos mercados financeiros e monitoramento de indicadores econômicos determinantes.
2. Acompanhamento da Execução Orçamentária - Verificação do alinhamento entre o planejamento e a execução financeira do RPPS, análise do equilíbrio entre receitas e despesas previdenciárias e identificação de eventuais desvios orçamentários.
3. Monitoramento dos Fluxos Financeiros - Exame detalhado dos fluxos de caixa atualizados em perspectivas de curto e longo prazo, avaliação da sincronização entre compromissos previdenciários e disponibilidade de recursos.
4. Avaliação Técnica de Oportunidades de Investimento - Análise aprofundada das propostas de alocação de recursos e mapeamento dos múltiplos riscos envolvidos (crédito, mercado, liquidez, operacional, jurídico e sistêmico).

NOTA:

Nível I: Mínimo de 3 (três) membros, que mantenham vínculo funcional com o ente federativo ou com a unidade gestora do RPPS; Nível II: Idem ao Nível I.

A tomada de decisão baseada nestes pilares analíticos proporciona maior robustez ao processo de gestão dos recursos previdenciários, contribuindo significativamente para a solidez financeira e atuarial do regime próprio. No RBPREV temos nosso comitê de investimentos composto por: 04 integrantes: 01

Diretor - Presidente e 3 membros. Composto: Regimento Interno; Calendário de Reuniões; Atas do COIN.

7.8 TRANSPARÊNCIA

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO
3.6 DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA
AÇÃO RELACIONADA: TRANSPARÊNCIA

A transparência nas organizações constitui-se como a implementação de políticas e procedimentos sistemáticos e permanentes que viabilizam o fornecimento de informações as partes interessadas, seguindo critérios universais de acessibilidade, utilização e compreensibilidade. Pesquisas internacionais evidenciam correlação direta entre elevados padrões de transparência, o fortalecimento da fiscalização social e a mitigação de irregularidades e práticas corruptas.

No âmbito da Administração Pública, a transparência emerge como extensão natural do princípio constitucional da publicidade, tendo sido progressivamente consolidada por instrumentos legislativos, destacando-se a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Este marco normativo estabeleceu diretrizes essenciais como: predomínio da publicidade e excepcionalidade do sigilo; disponibilização proativa de informações de interesse coletivo; utilização estratégica de tecnologias da informação; promoção de cultura de transparência; e estímulo ao controle social.

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deve obrigatoriamente divulgar em seu portal eletrônico os seguintes documentos e informações, aplicáveis aos Níveis I a IV, salvo quando especificado em contrário:

1. Documentos de Governança

- Regimentos internos e atas dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos)
- Código de Ética institucional
- Relatório de Governança Corporativa
- Plano de Ação Anual (Níveis I e II) ou Planejamento Estratégico (Níveis III e IV)

2. Documentos de Regularidade

- Certidões tributárias (federais e FGTS) - negativas ou positivas com efeito de negativas

- Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), se houver
- Links para acesso ao Extrato Previdenciário e demonstrativos obrigatórios

3. Documentos Financeiros e Atuariais

- Demonstrações financeiras e contábeis (periodicidade variável conforme o nível)
- Avaliação atuarial anual
- Política de Investimentos

4. Controle e Transparência Administrativa

- Relatórios de controle interno (periodicidade variável conforme o nível)
- Informações sobre licitações e contratos administrativos
- Relatório de avaliação do passivo judicial (Níveis III e IV)
- Cronogramas de reuniões dos órgãos colegiados
- Cronograma de ações de educação previdenciária

Esta estrutura transparente de divulgação fortalece a governança institucional, promove a participação dos segurados e contribui para a sustentabilidade do sistema previdenciário.

O RPPS mantém rigor no cumprimento das diretrizes que regulam essas relações. Esta prática transparente viabiliza a efetiva prestação de contas, tornando os agentes de governança (administradores, gestores e conselheiros) diretamente responsáveis por suas ações e omissões. Com isso, a organização assegura que todos os participantes do sistema previdenciário incorporem esta conduta em suas atividades administrativas, especialmente nas relações com controladores e representados. Além disso, a transparência evidencia a responsabilidade corporativa, demonstrando o cuidado na gestão dos recursos do RPPS. Isso garante que as aplicações sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente e direcionadas ao seu propósito fundamental: o pagamento dos benefícios já concedidos e futuros. Todas essas informações encontram-se disponíveis para consulta no Site do RBPREV. Abaixo relaciono as Normas e/ou documentos corporativos:

Leis – Municipais no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/leismunicipais>

Decretos – Municipais no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/decretos>

Portarias – Municipais no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/portarias>

Atas do Comitê de Investimentos no link:

<https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/ataDasReunioes-COIN>

Atas do Conselho Deliberativo CAPS no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/ataDasReunioes-CAPS>

Atas do Conselho Fiscal: CONFIS no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/ataDasReunioes-CONFIS>

Calendário de Reunião do COIN no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/calendario-coin>

Calendário de Reunião do CAPS no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/calendario-caps>

Calendário de Reunião do CONFIS no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/calendario-confis>

Organogramas dos Conselhos no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/documentos/organograma.pdf>

Código de Ética Institucional no link: https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/documentos/Decreto_455_de_27_04_2018.pdf

Cronograma das Ações Previdenciárias no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/educacao-previdenciaria>

Histórico do RBPREV / Resumo no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/historico>

Organograma do RBPREV no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/documentos/organograma.pdf>

Relatório de Gestão Atuarial link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/estudo-atuarial-avaliacao-atuarial>

Relatório Anual de Governança do RBPREV no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/relatorio-governanca-corporativa>

Relatório Anual Gestão do RBPREV no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/relatorio-gestao-prestacao-contas>

Relatório de Controle Interno no Menu: Institucional no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/controle-interno>

Planejamento Estratégico no Menu: Institucional no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/planejamento>

Acórdãos do TCE-AC - Prestações de Contas do RBPREV no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/relatorio-gestao-prestacao-contas>

CRP - emitido pelo Ministério da Economia – ME/RBPREV no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/crp.aspx>

Relatório de Avaliação Atuarial / DRAA no Menu: Institucional no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/estudo-atuarial-avaliacao-atuarial>

DIPR no link: https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/di_pr/consultarDemonstrativos.xhtml

DAIR no link: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dpinV2/consultarDemonstrativos.xhtml>

DPIN no link: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/comprovanteRepasse/pesquisarEnteComprovanteRepasse.xhtml>

Certidões Negativas do RBPREV no Menu: Institucional no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/certidoes>

Guia de Benefício no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/beneficiarios>

Guia de Benefício Invalidez Permanente no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/invalidez-permanente>

Guia de Benefício Aposentadoria Compulsória no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/aposentadoria-compulsoria>

Guia de Benefício Aposentadoria Voluntária Tempo de Contribuição no link:

<https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/aposentadoria-voluntaria-por-tempo-de-contribuicao>

Guia de Benefício Aposentadoria Especial no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/aposentadoria-especial>

Guia de Benefício Aposentadoria Voluntária por Idade no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/aposentadoria-voluntaria-por-idade>

Guia de Benefício Pensão por Morte no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/pensao-por-morte>

Cartilha Previdenciária Servidor no link: https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/documentos/cartilha_rbprev.pdf

Cartilha Previdenciária Pensionista no link:

https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/documentos/cartilha_rbprev_pensionista.pdf

Cartilha Previdenciária no link: https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/documentos/cartilha_reforma.pdf

Cartilha Previdenciária Aposentadoria no link:

https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/documentos/folder_cartilha_aposentadoria.pdf

Programa de Educação Previdenciária/Pós Aposentadoria no link:

https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/pos_aposentadoriaFormulários

APRs – Autorização de Aplicação e Resgastes no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/investimentos-atestados-de-plenitude-de-requisitos>

Atas do Comitê de Investimento do RBPREV – COIN no Menu: Investimentos no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/ataDasReunioes-COIN>

Organograma do Comitê de Investimento do RBPREV –COIN

no link: https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/membros_comite

Calendário do COIN no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/calendario-coin>

Demonstrativos de Contábeis no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/contabilidade-demonstrativos-contabeis>

Demonstrativos de Investimentos no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/investimentos-carteira>

Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras no link:

https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/edital_credenciamento

Termo análise de Credenciamento no link: https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/termo_analise_credenciamento

Instituições Credenciadas: https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/investimentos_credenciados

Política Anual de Investimentos - PAI no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/investimento-politica>

Relatório Analítico de Investimentos link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/investimentos-relatorios-analitico>

Relatório de Solvência / ALM no Menu: Investimentos no link:

<https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/investimentos-alm>

Contabilidade / Transparência no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/contabilidade-demonstrativos-contabeis>

Auto Atendimento (contracheque) no Menu: Serviços no link: <https://contribuinte.riobranco.ac.gov.br/contracheque/>

Auto Atendimento (declaração de IRRF) no Menu: Serviços no link: <https://siap.rbprev.riobranco.ac.gov.br/dirfCedula>

Auto Atendimento (extrato previdenciário) no link: <https://contribuinte.riobranco.ac.gov.br/contracheque/>

Legislação / Resoluções e outros no Menu: Serviços no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/legislacao.aspx>

Consulta a CTC emitida pelo RBPREV no Menu: Serviços no link: <https://rbprev.riobranco.ac.gov.br/certidao-tempo-contribuicao-ctc>

Contato - o(a) segurado(a) e/ou cidadão outro poderá entrar em contato para fins de atendimento previdenciário.

Ouvidoria – o(a) segurado(a) e/ou cidadão poderá também entrar em contato para assuntos previdenciários de seu interesse. Pesquisa de Satisfação – o(a) segurado(a) poderá colaborar opiando, sugerindo, avaliando a governança previdenciária.

Outro Canal de Transparência é o TCE-AC que dispõe da documentação do RBPREV pois fiscaliza e audita, pois exerce essa função também.

Em questão de Transparência e ações o RBPREV deixa à disposição dos segurados de forma acessível:

- LEI DE CRIAÇÃO DO RBPREV;
- ACÓRDÃOS DO TCE-AC;
- LEIS FEDERAIS QUE REGEM RPPS;
- LEI PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL;
- ATAS DOS COLEGIADOS;
- CÓDIGO DE ÉTICA;

- REGIMENTOS INTERNOS;
- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO;
- PRÁTICAS CONTÁBEIS;
- RELATÓRIOS POR ÁREAS: INVESTIMENTO, ATUARIAL, CONTROLE E GOVERNANÇA.

NOTA:

a) Regimentos internos e atas dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos); b) Certidões de tributos: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do FGTS, podendo ser quaisquer certidões: negativa, positiva com efeitos negativa ou positiva; c) Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, se houver, e links para acesso, no endereço eletrônico da Previdência Social na Internet, ao Extrato Previdenciário e aos demonstrativos obrigatórios previstos no art. 241, III, IV e V, da Portaria MTP nº 1.467/2022; d) Relatório de Governança Corporativa; e) Cronograma de ações de educação previdenciária; f) Cronograma das reuniões dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos); g) Código de Ética; h) Demonstrações financeiras e contábeis; i) Avaliação atuarial anual; j) Informações relativas a procedimentos licitatórios e contratos administrativos ou declaração de inexistência de processo licitatório realizado diretamente pela unidade gestora do RPPS; k) Plano de Ação Anual (Níveis I e II); l) Política de investimentos; m) Relatórios de controle interno (Níveis I e II: semestral; n) Relação das entidades escolhidas para receber investimentos, por meio de credenciamento; o) Relatórios mensais e anuais de investimentos; e p) Acórdãos das decisões do Tribunal de Contas sobre as contas anuais do RPPS e o Parecer Prévio das contas de governo, caso o Órgão de Controle Externo emita os dois.

7.9 DEFINIÇÃO DE LIMITES E ALÇADAS

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO 3.6

DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA

AÇÃO RELACIONADA: DEFINIÇÃO DE LIMITES E ALÇADAS

A definição de alçadas estabelece critérios e limites precisos para decisões administrativas que envolvam recursos orçamentários ou financeiros do RPPS, permitindo uma distribuição eficiente de responsabilidades entre os dirigentes da entidade.

Em relação aos investimentos, a legislação do ente federativo deve claramente delimitar as competências do Conselho Deliberativo e do Comitê de Investimentos, determinando os limites de alçada específicos para aprovação de alocações e desinvestimentos. Nesta estrutura, compete ao Conselho Deliberativo a importante função de referendar as decisões tomadas pelo Comitê, quando este estiver investido de tal atribuição.

O Decreto Municipal nº 1.241, de 10 de abril de 2013, regulamenta o artigo 31 supracitado, cujo objetivo é funcionar como órgão consultivo e propositivo sobre as decisões de investimentos e ou resgates dos recursos do RBPREV. O Decreto fortaleceu especialmente o gerenciamento de responsabilidades nas decisões

administrativas que envolvem recursos orçamentários e financeiros. Em conformidade com as recomendações do Manual do Pró-Gestão, estabeleceu-se a obrigatoriedade de dupla assinatura para:

- Operações de investimentos
- Gestão de ativos e passivos
- Concessão de benefícios
- Contratações e dispêndios de recursos

Estas assinaturas devem seguir os limites definidos no ato normativo da unidade gestora do RPPS, garantindo maior segurança e controle nas operações.

NOTA:

Nível I: Obrigatoriedade de no mínimo 2 (dois) responsáveis assinarem em conjunto todos os atos relativos a investimentos;
Nível II: Idem ao Nível I;

7.10 SEGRAGAÇÃO DAS ATIVIDADES

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO
3.6 DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA
AÇÃO RELACIONADA: OUVIDORIA

A segregação de atividades ou funções em diferentes setores e responsáveis tem por objetivo evitar que um único agente tenha autoridade completa sobre parcela significativa de uma determinada transação (aprovação da operação, execução e controle), reduzindo assim o risco operacional e favorecendo a governança corporativa e os controles internos.

Assim, por exemplo, em uma unidade gestora de RPPS, enquanto a área de investimentos mantém o foco no acompanhamento do mercado para tomada de decisão, a área administrativo-financeira executa as atividades operacionais de orçamento, pagamentos, controles de recebimentos e registros contábeis. De igual forma, na gestão de benefícios, uma determinada área cuida da análise dos requerimentos para habilitação e concessão, enquanto outra fica responsável pela implantação, manutenção e pagamento dos benefícios.

O Decreto Municipal nº 1.241, de 10 de abril de 2013, e Lei municipal nº 1.963 de fevereiro de 2013 subsidia as atribuições e competências e estabelece a política

de segregação de atividades no âmbito do RBPREV constituindo a separação das atividades nos pilares / dimensões necessárias.

Todos estes aspectos já vinham normatizados anteriormente, mas sempre que há necessidades legais de reavaliação desse documento é feita a devida atualização para adaptá-la a mudanças ou alterações legais que sejam pertinentes.

NOTA:

Nível I: Segregação das atividades de habilitação e concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento de benefícios; Nível II: Idem ao Nível I

7.11 OUVIDORIA

A Ouvidoria constitui um canal institucional estratégico destinado a consultas, dúvidas, reclamações, denúncias, elogios e solicitações, estabelecendo uma via de comunicação permanente entre a instituição e os cidadãos, segurados e demais partes interessadas. Seu funcionamento observa os seguintes requisitos:

- Os gestores devem utilizar os relatórios produzidos pela Ouvidoria para aprimorar os serviços e a administração do RPPS, analisando criteriosamente sugestões, elogios, críticas, reclamações e denúncias recebidas, e implementando aquelas consideradas pertinentes;
- Assegurar a confidencialidade e o sigilo absoluto dos registros;
- Encaminhar as demandas aos setores competentes e adotar as providências necessárias;
- Fornecer informações claras e tempestivas aos demandantes sobre o andamento de suas solicitações;
- Promover avaliações periódicas sobre o grau de satisfação dos segurados quanto ao atendimento prestado;
- Acompanhar as providências adotadas pelos gestores e fiscalizar o cumprimento dos prazos estabelecidos.

A Ouvidoria do Idm município de Rio Branco é atuante e vem executando suas atividades conforme as diretrizes estabelecidas no Manual de Gestão da Ouvidoria. Seu objetivo central consiste em aprimorar o processo de comunicação com o cidadão, fortalecendo o exercício da cidadania e promovendo a melhoria contínua dos serviços prestados pela Administração, no âmbito do Instituto de Previdência Municipal. O acesso à Ouvidoria institucional é facilitado por meio do Portal:

<https://www.riobranco.ac.gov.br/ouvidoria/>

Atendimento presencial:

Endereço: [R. Rui Barbosa, 285 – Centro – CEP: 69.900-120](#)

Atendimento online:

Telefone: [\(68\) 3212-7405](tel:(68)3212-7405)

Email: ouvidoria.prefeitura@riobranco.ac.gov.br

Horário de atendimento: 7:00h às 14:00h

NOTA:

Nível I: Disponibilização no site do ente federativo ou do RPPS de um canal de comunicação no modelo “fale conosco”;
Nível II: Adicionalmente aos requisitos do Nível I, no mínimo 1 (um) servidor exercendo a função de Ouvidor na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS.

7.12 COMITÊ DE INVESTIMENTOS

REFERÊNCIA: Manual do Pró-Gestão VERSÃO

3.6 DIMENSÃO: GOVERNANÇA CORPORATIVA

AÇÃO RELACIONADA: COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos constitui-se como órgão colegiado essencial à estrutura do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), sendo responsável por participar ativamente nos processos decisórios relacionados à formulação e execução da Política de Investimentos. Sua instituição e funcionamento seguem diretrizes fundamentais estabelecidas no artigo 91 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

A operacionalização deste importante colegiado deve estar claramente definida em regimento interno específico, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo do RPPS. Os integrantes do Comitê necessitam atender a critérios rigorosos de qualificação técnica, observar elevados padrões éticos de conduta profissional e demonstrar autonomia no processo decisório.

Com periodicidade mínima mensal, o Comitê de Investimentos deve reunir-se para exercer suas atribuições primordiais, que compreendem:

- Deliberar sobre a alocação estratégica e tática dos recursos financeiros, respeitando os parâmetros e limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Política de Investimentos vigente
- Analisar detalhadamente os resultados financeiros obtidos

- Avaliar o contexto macroeconômico e seus possíveis impactos na gestão dos recursos
- Monitorar continuamente o desempenho da carteira de investimentos, propondo ajustes quando necessário

Este modelo de governança fortalece o processo decisório relacionado à gestão dos recursos previdenciários, contribuindo para a solidez e sustentabilidade financeira do RPPS.

As deliberações do Comitê de Investimentos devem fundamentar-se em análises técnicas abrangentes que contemplem múltiplas dimensões relevantes para a gestão previdenciária. Este processo decisório estruturado requer a consideração dos seguintes elementos essenciais:

- Análise do Panorama Econômico Global e Doméstico - Avaliação das tendências macroeconômicas, identificação de oportunidades e ameaças nos mercados financeiros e monitoramento de indicadores econômicos determinantes.
- Acompanhamento da Execução Orçamentária - Verificação do alinhamento entre o planejamento e a execução financeira do RPPS, análise do equilíbrio entre receitas e despesas previdenciárias e identificação de eventuais desvios orçamentários.
- Monitoramento dos Fluxos Financeiros - Exame detalhado dos fluxos de caixa atualizados em perspectivas de curto e longo prazo, avaliação da sincronização entre compromissos previdenciários e disponibilidade de recursos.
- Avaliação Técnica de Oportunidades de Investimento - Análise aprofundada das propostas de alocação de recursos e mapeamento dos múltiplos riscos envolvidos (crédito, mercado, liquidez, operacional, jurídico e sistêmico).

A tomada de decisão baseada nestes pilares analíticos proporciona maior robustez ao processo de gestão dos recursos previdenciários, contribuindo significativamente para a solidez financeira e atuarial do regime próprio. No RBPREV temos nosso comitê de investimentos composto por: 06 integrantes: Presidente e 5 membros. Composto: Regimento Interno; Calendário de Reuniões; Atas do COI; Plano

de trabalho 2025.

NOTA:

Nível I: Mínimo de 3 (três) membros, que mantenham vínculo funcional com o ente federativo ou com a unidade gestora do RPPS; Nível II: Idem ao Nível I.

8 SETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

8.1 – SETOR FINANCEIRO, INVESTIMENTOS E EVOLUÇÃO DA BASE DE SEGURADOS

O Instituto de Previdência do Município de Rio Branco – RBPREV, Fundo Previdenciário – FPREV e o Fundo Financeiro – FFIN, compreende o conjunto de receitas destinadas ao financiamento do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, sendo constituída por contribuições previdenciárias dos segurados, contribuições patronais, receitas patrimoniais, transferências financeiras e demais fontes previstas na legislação vigente, sempre observando os princípios da legalidade, transparência, responsabilidade fiscal e equilíbrio financeiro, sendo fundamental para a manutenção da sustentabilidade do regime previdenciário.

Demonstrativo referente ao exercício de 2025 do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Branco e seus Fundos, apresento as seguintes informações:

CÁLCULO TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 2025		
Base Previsão da folha em 2025		
FPREV		
2024	ATIVOS	
	Executivo	Legislativo
Janeiro	R\$ 26.635.869,57	R\$ 700.506,66
Fevereiro	R\$ 26.364.282,74	R\$ 700.506,57
Março	R\$ 26.475.175,69	R\$ 731.051,21
Abril	R\$ 26.662.751,79	R\$ 736.063,14
Maio	R\$ 27.501.568,04	R\$ 731.171,57
Junho	R\$ 26.661.234,35	R\$ 743.182,57
Julho	R\$ 28.009.063,99	R\$ 731.797,29
Agosto	R\$ 27.941.901,74	R\$ 714.000,27
Setembro	R\$ 27.910.912,23	R\$ 713.575,86
Outubro	R\$ 27.758.627,33	R\$ 712.789,80
Novembro	R\$ 28.117.819,03	R\$ 713.614,57
Dezembro	R\$ 27.711.755,18	R\$ 714.826,54
13º	R\$ 27.073.936,71	R\$ 714.168,79
Subtotal	R\$ 354.824.898,39	R\$ 9.357.254,84
Total dos Ativos		R\$ 364.182.153,23
CÁLCULO TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		
Taxa 2,40%		R\$ 8.740.371,68
P-Gestão 0,48%		R\$ 1.748.074,34
Total da Tx Adm		R\$ 10.488.446,01
DUODÉCIMO 2025		R\$ 874.037,17

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
RECEITAS DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

2025	Taxa de Administração	Restituições	Rendimento de Aplicação Financeira	Receitas Extra-orçamentária	Total da Receita
Janeiro	874.038,80		72.294,95	26.543,69	972.877,44
Fevereiro	874.035,54		67.235,48	-26.543,69	914.727,33
Março	874.037,17		73.446,16	7.886,12	955.369,45
Abril	874.037,17		89.469,04	7.928,71	963.548,80
Maio	874.037,17		107.416,96	9.907,13	991.361,26
Junho	874.037,17		110.170,08	121,33	984.324,58
Julho	874.037,17		137.241,83	121,33	1.011.400,33
Agosto	874.037,17		131.087,61	9.177,54	1.014.302,32
Setembro	874.037,17		149.690,39	-9.112,84	1.014.614,72
Outubro	874.037,17		162.726,07	-64,70	1.036.698,54
Novembro	874.037,17		143.262,56	-485,32	1.016.814,41
Dezembro	874.037,17		174.531,97		1.048.569,14
Total	10.488.446,04		1.418.573,10	25.479,30	11.932.498,44

OBS: Devido as mudanças no plano de contas, fontes de recursos e no planejamento orçamentário do município, a taxa de administração foi contabilizada, porém a transferência dos recursos financeiros só fora realizada em fevereiro da Taxa de Administração de 2025.

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPESAS DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

2025	Folha de Pagamento	Obrigações Patronal	Indenizações e Restituições Trabalhistas	Diárias	Material de Consumo e Expediente	Passagens e Despesas com Locomoção	Outras Indenizações e Restituições	Serviços Pessoa Jurídica	Despesa de Exercícios Anteriores	Obras e Instalações	Equipamentos e Material Permanente	Restos a Pagar	Despesa Total
Janeiro	129.570,49											2.474,89	132.045,38
Fevereiro	168.659,38	61.138,58	2.213,92	14.891,76	7.116,00			59.678,45					313.698,09
Março	163.604,04	34,40		2.895,62		31.800,64		48.456,30				1.759,50	248.550,50
Abril	146.896,70	31.181,03				10.489,26		51.925,92					240.492,91
Maiο	191.357,45	43.501,44						42.860,10					277.718,99
Junho	174.937,20	62.445,53	2.960,92	35.360,00		37.767,80		47.007,10					360.478,55
Julho	162.692,75	33.958,37			8.188,00			68.244,89					273.084,01
Agosto	208.103,79	0,00		19.120,00			440,00	79.772,02				3.559,50	310.995,31
Setembro	179.803,42	73.973,71	4.079,73	4.080,00		47.509,64		73.045,00					382.491,50
Outubro	178.944,38	37.609,78	4.770,00	3.840,00	3.592,50	3.729,04		43.020,18					275.505,88
Novembro	180.525,64	37.401,05		8.640,00	1.241,70	5.409,20	3.420,00	43.041,18					279.678,77
Dezembro	309.640,47	71.502,06	1.641,29	21.600,00	113,85	66.248,42		112.034,86					582.780,95
TOTAL	2.194.735,71	452.745,95	15.665,86	110.427,38	20.252,05	202.954,00	3.860,00	669.086,00				7.793,89	3.669.726,95

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
SALDO INICIAL - RECEITAS E DESPESAS – SALDO ATUAL

2025	Saldo Anterior	Ajuste por Desvalorização de Ativos disponíveis	Total da Receita	Total da Despesa	Transferências Concedidas	Despesa Extraorçamentária	Saldo Contábil
Janeiro	6.590.880,61		972.877,44	132.045,38		-132.045,38	7.431.712,67
Fevereiro	7.431.712,67		914.727,33	313.698,09		132.045,38	8.032.741,91
Março	8.032.741,91		955.369,45	248.550,50		0,00	8.739.560,86
Abril	8.739.560,86		963.548,80	240.492,91		7.886,12	9.462.616,75
Maiο	9.462.616,75		991.361,26	277.718,99		7.807,38	10.168.451,64
Junho	10.168.451,64		984.328,58	360.478,55		8.091,40	10.782.515,87
Julho	10.782.515,87		1.011.400,33	273.084,01		1.565,00	11.520.985,98
Agosto	11.520.985,98		1.014.302,32	310.995,31		64,70	12.224.228,29
Setembro	12.224.139,20		1.014.614,72	382.491,50		64,70	12.856.262,42
Outubro	12.856.262,42		1.036.698,54	275.505,88		-64,70	13.617.455,08
Novembro	13.617.455,08		1.016.814,41	279.678,77		64,70	14.354.590,72
Dezembro	14.354.590,72		1.048.569,14	582.780,95		0,00	14.820.403,30
Total			11.932.498,44	3.669.726,95		25.479,30	

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA - RESERVA TÉCNICA

2025	Saldo Anterior	Ajuste por Desvalorização de Ativos disponíveis	Transferência Financeira Recebida	Rendimento de Aplicação Financeira	Obras e Instalações	Obras e Instalações/Restos a Pagar	Despesa Total do Mês	Saldo Disponível
Janeiro	14.443.881,40			181.454,55				14.625.335,95
Fevereiro	14.625.335,95			142.826,68		632.393,66	632.393,66	14.135.768,97
Março	14.135.768,97			135.480,88	560.532,21	16.651,98	577.184,19	13.694.065,66
Abril	13.694.065,66			164.150,77	362.244,27	11.930,80	374.175,07	13.484.041,36
Maio	13.484.041,36			139.919,47	511.474,74	16.845,82	528.320,56	13.095.640,27
Junho	13.095.640,27			133.208,39	436.346,09		436.346,09	12.792.502,57
Julho	12.792.502,57			151.411,67	966.542,34		966.542,34	11.977.371,90
Agosto	11.977.371,90			143.726,92	629.643,77		629.643,77	11.491.455,05
Setembro	11.172.184,44			133.935,07	453.205,68		453.205,68	11.172.184,44
Outubro	11.172.184,44			140.749,84			0,00	11.312.934,28
Novembro	11.312.934,28			113.076,67	2.208.207,89		2.208.207,89	9.217.803,06
Dezembro	9.217.803,06			94.800,23	1.110.627,77		1.110.627,77	8.201.975,52
Total				1.674.741,14	7.238.824,76	677.822,26	7.916.647,02	

AS DESPESAS DA RESERVA TÉCNICA SÃO AS MEDIÇÕES DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DO RBPREV.

Anexo da 14 da Lei 4.320

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	PASSIVO	
		ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL
ATIVO CIRCULANTE	23.026.707,37	PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.022.378,82	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	
Estoques / Almoxarifado	4.328,55	TOTAL DO PASSIVO	-
ATIVO NAO-CIRCULANTE	16.917.392,70	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	16.917.392,70	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL
Bens Moveis	350.747,87	PATRIMONIO LÍQUIDO	39.944.100,07
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	221.103,47	Resultados Acumulados	39.944.100,07
Bens Imóveis	16.787.748,30	Resultado do exercício	9.886.301,56
Terreno 1 (Rua Benjamin Constant, nº 925, Centro)	75.776,93	Resultado de exercícios anteriores	30.057.798,51
Terreno 2 (Av. Ceará, lote 280, Doca Furtado)	868.713,58	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.944.100,07
Edifícios (Av. Ceará, lote 280, Doca Furtado)	15.843.257,79		
TOTAL	39.944.100,07	TOTAL	39.944.100,07

O terreno situado a rua Benjamim Constant, 925, Centro, foi reavaliado conforme o Processo Administrativo nº 212/2021 – RBPREV. Os procedimentos de escrituração patrimonial da reavaliação do imóvel estão aguardando nova avaliação.

Enquadramento na Resolução CMN nº4.963/2021 e da Política de Investimentos 2025

Carteira de Investimento RBPREV

	Produto / Fundo	28/11/2025	Aplicações	Resgates	31/12/2025	Retorno R\$	Retorno %	Meta a.a IPCA+5,24%	Carteira PL %
R. FIXA	BB Previd RF IRF-M1 - 8279-1	9.217.803,09	-	1.110.627,80	8.201.975,52	94.800,23	1,03%	133,56%	35,63%
	BB PREVID RF PERFIL - 8098-5	14.354.679,81	683.034,76	391.843,24	14.820.403,30	174.531,97	1,16%	150,73%	64,37%
	SUBTOTAL	23.572.482,90	683.034,76	1.502.471,04	23.022.378,82	269.332,20	1,14%	148,39%	100,00%
DISP	Disponibilidade Financeira em conta corrente	1.808.424,83	-	-	-				
TOTAL GERAL		25.380.907,73	683.034,76	1.502.471,04	23.022.378,82	269.332,20	1,03%	0,77%	100,00%

CONSTRUÇÃO DA SEDE DO RBPREV

Contratação de Empresa de Engenharia para a construção da Sede Administrativa do Instituto de previdência do município de Rio Branco - RBPREV		CONSTRUTORA MANUELLA	Assinatura do Contrato em 22/05/2023 Assinatura da Ordem de Serviços em 21/06/2023 - Vigência 20 meses Execução 18 meses - Término da Vigência em 21/01/2025	
Medições	Data	Valor R\$	Percentual Executado	
1º	10/08/2023	217.326,41	1,57%	
2º	06/09/2023	250.172,78	1,81%	
3º	05/10/2023	499.798,96	3,62%	
4º	08/11/2023	399.961,82	2,89%	
Reajuste	14/11/2023	123.053,40 (referente as 4 medições)		
5º	30/11/2023	485.855,94	3,52%	
Reajuste	30/11/2023	43.727,03 (referente a 5º medição)		
6º	19/12/2023	543.795,22	3,94%	
Reajuste	19/12/2023	48.941,57 (referente a 6º medição)		
7º	15/02/2024	561.454,45	4,06%	
Reajuste	15/02/2024	50.530,90 (referente a 7º medição)		
8º	11/03/2024	339.154,49	2,45%	
Reajuste	*****	*****		
9º	11/04/2024	176.661,58	1,28%	
Reajuste	*****	*****		
10º	11/06/2024	633.095,10	4,18%	
Reajuste	11/06/2024	46.423,44 (referente a 8º e 9º medição)		
11º	02/07/2024	55.527,33	0,36%	

Reajuste	02/07/2024	61.976,02 (referente a 10º e 11º medição)	
12º	02/08/2024	724.640,68	4,78%
Reajuste	19/08/2024	65.217,66 (referente a 12º medição)	
13º	05/09/2024	633.581,01	4,18%
Reajuste	05/09/2024	57.022,29 (referente a 13º medição)	
14º	03/10/2024	572.571,67	3,78%
Reajuste	03/10/2024	51.531,45 (referente a 14º medição)	

CONSTRUÇÃO DA SEDE DO RBPREV
CONTINUAÇÃO DA TABELA DE MEDIÇÕES

Medições	Data	Valor R\$	Percentual Executado
15º	04/11/2024	448.805,49	2,96%
Reajuste	04/11/2024	40.392,49 (referente a 15º medição)	
16º	05/12/2024	592.170,39	
Reajuste	05/12/2024	74.554,26 (referente a 16º medição)	3,91%
17º	20/02/2025	610.447,52	
Reajuste	20/02/2025	21.916,14 (referente ao 2º Reajuste da 17º medição)	4,03%
18º	26/03/2025	463.843,33	
Reajuste	26/03/2025	113.340,78 (referente a o 1º e 2º Reajuste da 17º e 18º medição)	3,06%
19º	10/04/2025	332.334,19	
Reajuste	10/04/2025	41.840,88 (referente a o 1º e 2º Reajuste da 19º medição)	3,06%
20º		469.242,88	
Reajuste		59.077,68 (referente ao 1º e 2º Reajuste da 20º medição)	3,09 %
21º	11/06/2025	R\$ 436.346,09	2,88%
22º	21/07/2025	966.542,34	6,02%
23º	22/08/2025	629.643,77	3,92%
24º	30/09/2025	453.205,68	2,82%

25º	07/11/2025	399.783,03	
26º	28/11/2025	880.643,06	5,49%
Reajuste		927.781,80 (referente ao 1º, 2º e 3º Reajuste da 17º a 26º medição)	
27º	08/12/2025	1.110.627,77	6,92%
TOTAL		15.843.255,54	86,59%

Contratos Vigentes 2025 RBPREV

Seq	Objeto	Parte Contratada	Status
01	Locação de Imóvel	TAPIRI COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELLI	7º Termo Aditivo - Término da Vigência em 31/05/2026
02	Contratação de empresa para prestação dos serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, remarcação, cancelamento, endosso, entrega de bilhetes ou ordens de passagens, para atender as necessidades do Instituto de Previdência do Município de Rio Branco – RBPREV	AIRES TURISMO LTDA	4º Termo Aditivo Término da Vigência em 20/06/2026
03	Contratação de pessoa jurídica especializada em outsourcing de impressão sustentável através com equipamentos reprográficos/impressão/digitalização, incluindo a manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, com reposição de peças, software para gerenciamento, software de reflorestamento ambiental, mão de obra e fornecimento de suprimentos originais necessários (incluindo papel A4), para atender as necessidades do Instituto de Previdência do Município de Rio Branco – RBPREV	AMAZONAS COPIADORA LTDA	4º Termo Aditivo Término da Vigência em 20/06/2026
04	Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) pela DATAPREV à CONTRATANTE, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I (Modelo de Negócio), visando atender os objetivos estratégicos da CONTRATANTE	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A.	Término da Vigência em 23/03/2027
05	Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de entidade certificadora para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estado, do Distrito Federal e dos Municípios Pró-Gestão RPPS, quanto aos critérios estabelecidos no Nível I, que visa a adição de práticas de gestão previdenciária	INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL	Vigência: 36 meses a parti de de 10/09/2022
06	Contratação de empresa para Prestação de serviços técnicos destinados a apoiar a implementação de políticas públicas, com os serviços nas modalidades “Análise e Assessoria de Projetos e Empreendimentos”, “Acompanhamento de Obra” e “Verificação Físico-Financeira para Prestação de Contas Final”	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	3º Termo Aditivo Término da Vigência em 20/09/2026

07	Contratação de serviços de 02 (duas) assinaturas eletrônicas de acesso, pelo período de 12 (doze) meses, à plataforma de cursos online e treinamentos na área de Tecnologia da Informação Corporativa -TIC denominada ALURA	Empresa AOV S Sistemas de Informática S.A (Plataforma Alura)	2º Termo Aditivo Término da Vigência em 13/02/2026
08	Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionados (split), bebedouros, geladeiras e frigobar, com fornecimento de peças, gás de reposição e componentes para instalação, com a finalidade de atender as demandas do RBPREV	VIP CLIMATIZAÇÕES-ME	Término da Vigência em 3º Termo Aditivo 31/12/2026
09	Contratação de Empresa de Engenharia para a construção da Sede Administrativa do Instituto de previdência do município de Rio Branco -RBPREV	CONSTRUTORA MANUELLA	3º Termo Aditivo Término da Vigência em 21/01/2026
10	Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de Agente de Integração	INSTITUTO EUVALDO LODI-NUCLEO REGIONAL DO ACRE	2º Termo Aditivo Término da Vigência em 31/08/2026
11	Contratação de Pessoa Jurídica para locação de equipamentos de Informática, incluindo instalação e manutenção, visando atender as necessidades do Instituto de Previdencia de Rio Branco – RBPREV	DUX COMERCIO REPRESENTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	1º Termo Aditivo 25/04/2026
12	Contratação de Pessoa Jurídica para locação de equipamentos de Informática, incluindo instalação e manutenção, visando atender as necessidades do Instituto de Previdencia de Rio Branco – RBPREV	I9 SOLUÇÕES DO BRASIL LTDA	1º Termo Aditivo 25/04/2026
13	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículo (tipo carro de passeio) com condutor, para atender as demandas do Instituto de Previdência do Município de Rio Branco - RBPREV	W. L. ISRAEL SERVIÇOS & COMERCIO LTDA	1º Termo Aditivo 09/12/2026
14	Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços relativos à educação previdenciária, no formato híbrido, presencial e EAD, com conteúdo programático estabelecido no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social, preparatório para certificação profissional e outros aspectos do RPPS a todos os dirigentes, conselheiros e membros do comitê de investimentos, no prazo de doze meses, conforme Termo de Referência, atendendo às necessidades do Instituto de Previdência do Município de Rio Branco – RBPREV	CRÉDITO E MERCADO GESTÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.	Término da Vigência em 08/07/2026
15	Contratação de empresa para Aquisição de Material de Consumo (água, gelo, gás e	D L Ramos	Término da Vigência em

	gêneros alimentícios), para atender as necessidades do RBPREV		24/09/2026
16	Contratação de empresa para Aquisição de Material de Consumo (água, gelo, gás e gêneros alimentícios), para atender as necessidades do RBPREV	A. A. C. Rocha	Término da Vigência em 24/09/2026
17	Contratação de empresa para Aquisição de Material de Consumo (água, gelo, gás e gêneros alimentícios), para atender as necessidades do RBPREV	W.M.de Figueiredo Neto	Término da Vigência em 24/09/2026
18	Contratação de empresa para Aquisição de Material de Consumo (água, gelo, gás e gêneros alimentícios), para atender as necessidades do RBPREV	Augusto S. de Araujo LTDA	Término da Vigência em 24/09/2026
19	Contratação de empresa para Curso Completo e Prático Sobre Contribuição e Aposentadoria na Administração Pública incluindo Concessão de Averbação de Tempo de Serviço e Pensão por Morte, a ser realizado nos dias 12 a 14 de novembro de 2025, na cidade de São Paulo/SP, para servidores do RBPREV	ESAFI - Escola de Administração e Treinamento LTDA	Término da Vigência em 05/01/2026
20	Contratação de empresa para Curso O Regime Previdenciário do Servidor Público: Cálculo de Aposentadorias e Pensões, a ser realizado nos dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2025, na cidade de Fortaleza/CE, para servidores do RBPREV	ESAFI - Escola de Administração e Treinamento LTDA	Término da Vigência em 28/01/2026
21	Contratação de empresa que, sob demanda, prestará serviços de manutenção predial preventiva (visita periódica) e corretiva (eventuais), com fornecimento de materiais e mão de obra, para o Instituto de Previdência do Município de Rio Branco - RBPREV	BOMFIM & SOUSA COMERCIO, CONSTRUCAO E LIMPEZA LTDA	Término da Vigência em 17/12/2026

Licitações em andamento

Fase interna

Seq	Nº do Processo	Modalidade	Objeto	Status da Licitação
1	216/2022	PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de equipamentos de informática e suprimentos de informática	Fase Interna
2	067/2024	PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de Material de Consumo (higiene e limpeza)	Fase Interna
3	107/2024	PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de Material Gráfico	Fase Interna
4	425/2023	LEILÃO	Processo de venda do Imóvel Localizado à Rua Benjamin Constant Nº 925, Centro – Rio Branco/AC	Fase Interna
5	304/2024	PREGÃO ELETRÔNICO	Contratação de empresa especializada em serviços Técnicos de Consultoria de Valores Mobiliários no âmbito de Investimentos e Estudo de ALM (ASSET LIABILITY MANAGEMENT), com plataforma online voltada à RPPS – (Regime Próprio de Previdência Social)	Homologação
6		PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de mobiliário e moveis planejados	Fase Interna
7		PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de Eletrodomésticos e Eletrônicos	Fase Interna

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FFIN

Movimentação Fin. - Fundo Financeiro							
Consolidado Poderes Executivo e Legislativo							
		RECEITAS					
2025	Saldo Anterior	Receita Extra	Contribuição Aposentados	Contribuição Pensionistas	Cobertura de Insuf Fin.	Rendimentos de Aplicações Financeiras	Receita Total
Janeiro	143.463,42	52.601,76	-	-	289.950,00	1.802,30	291.752,30
Fevereiro	197.891,67	-52.601,76	29.760,86	276,09	293.550,00	1.931,76	325.518,71
Março	177.269,26		14.542,46	112,05	337.751,17	1.651,00	354.056,68
Abril	221.548,72		14.542,47	3.870,01	293.050,00	2.642,61	293.050,00
Maio	221.548,72		14.542,46	1.148,57	287.750,00	2.218,61	305.659,64
Junho	222.638,29		14.542,47	630,31	163.700,00	1.922,50	180.795,28
Julho	110.722,79		14.542,46	630,31	307.300,00	1.312,77	323.785,54
Agosto	127.306,84		4.542,46	630,31	292.800,00	1.545,54	309.518,31
Setembro	144.114,40		14.542,47	630,31	151.800,00	1.316,83	168.289,61
Outubro	19.693,23		14.542,46	630,31	293.050,00	240,35	308.463,12
Novembro	35.445,60		14.542,47	630,31	292.750,00	372,58	308.295,36
Dezembro	51.080,18		29.084,94	1.260,62	507.850,00	427,60	538.623,16
Total		0,00	189.727,98	10.449,20	3.511.351,17	17.384,45	3.707.857,71

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FFIN

Movimentação Fin. - Fundo Financeiro				
Consolidado Poderes Executivo e Legislativo				
	DESPESAS			
2025	Aposentadorias	Pensões	Despesa Total	Saldo Disponível Mês
Janeiro	246.037,11	43.888,70	289.925,81	197.891,67
Fevereiro	248.608,52	44.930,84	293.539,36	177.269,26
Março	257.760,98	44.409,77	302.170,75	229.155,19
Abril	246.037,14	75.674,42	321.711,56	221.548,72
Maio	240.754,97	63.815,10	304.570,07	222.638,29
Junho	240.755,00	51.955,78	292.710,78	110.722,79
Julho	255.245,71	51.955,78	307.201,49	127.306,84
Agosto	240.754,97	51.955,78	292.710,75	144.114,40
Setembro	240.755,00	51.955,78	292.710,78	19.693,23
Outubro	240.754,97	51.955,78	292.710,75	35.445,60
Novembro	240.755,00	51.955,78	292.710,78	51.030,18
Dezembro	452.724,08	103.911,63	556.635,71	33.067,63
Total	3.150.943,45	688.365,14	3.839.308,59	

DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO FFIN

2025	Folha Legislativo		Folha Executivo		Resumo geral		
	Aposentadorias	Pensões	Aposentadorias	Pensões	Total Aposentadorias	Total Pensões	Total Geral da Folha
Janeiro	73.189,34		172.847,77	43.888,70	246.037,11	43.888,70	289.925,81
Fevereiro	73.189,37		175.419,15	44.930,84	248.608,52	44.930,84	293.539,36
Março	84.913,21		172.847,77	44.409,77	257.760,98	44.409,77	302.170,75
Abril	73.189,37	35.577,96	172.847,77	40.096,46	246.037,14	75.674,42	321.711,56
Maio	73.189,34	23.718,64	167.565,63	40.096,46	240.754,97	63.815,10	304.570,07
Junho	73.189,37	11.859,32	167.565,63	40.096,46	240.755,00	51.955,78	292.710,78
Julho	87.680,08	11.859,32	167.565,63	40.096,46	255.245,71	51.955,78	307.201,49
Agosto	73.189,34	11.859,32	167.565,63	40.096,46	240.754,97	51.955,78	292.710,75
Setembro	73.189,37	11.859,32	167.565,63	40.096,46	240.755,00	51.955,78	292.710,78
Outubro	73.189,34	11.859,32	167.565,63	40.096,46	240.754,97	51.955,78	292.710,75
Novembro	73.189,37	11.859,32	167.565,63	40.096,46	240.755,00	51.955,78	292.710,78
Dezembro	73.189,34	11.859,32	167.565,63	40.096,53	240.754,97	51.955,85	292.710,82
Décimo Terceiro	46.974,79	11.859,32	164.994,32	40.096,46	176.853,64	40.096,46	216.950,10
Total	951.461,63	154.171,16	2.199.481,82	534.193,98	3.115.827,98	676.505,82	3.792.333,80

Enquadramento na Resolução CMN 4.963/2021 e da Política de Investimentos para o exercício de 2025

Carteira de Investimento FFIN

	Produto / Fundo	28/11/2025	Aplicações	Resgates	31/12/2025	Retorno R\$	Retorno %	Meta a.a IPCA+5,24%	Carteira PL %
RENDA FIXA	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS -7568-x	31.190,38	17.999,38	29.500,00	19.950,96	261,20	0,53%	68,96%	60,33%
	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS - 8078-0	19.889,80	12.460,46	19.400,00	13.116,67	166,41	0,51%	66,81%	39,67%
	SUBTOTAL	51.080,18	30.459,84	48.900,00	33.067,63	427,61	1,05%	135,77%	100,00%
DISP	Disponibilidade Financeira em conta corrente	-	-	-	-				
TOTAL GERAL		51.080,18	30.459,84	48.900,00	33.067,63	427,61	0,71%	0,77%	100,00%

BENEFÍCIOS DO FFIN

Quantidade de Beneficiários		
Executivo	Pensões	08
	Aposentadorias	13
Legislativo	Pensões	01
	Aposentadorias	03
Total de Benefícios		25

BASE DE CÁLCULO E VALOR DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS POR ÓRGÃO

Folha de ativos do mês de dezembro de 2025				
ÓRGÃO	Base	Segurado (14%)	Patronal (17,41%)	Alíquota Suplementar (18,54%)
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 4.892.704,84	R\$ 684.978,68	R\$ 851.819,91	R\$ 907.107,48
SECRETARIA DE SAÚDE	R\$ 10.023.517,83	R\$ 1.403.292,50	R\$ 1.745.094,45	R\$ 1.858.360,21
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	R\$ 13.574.009,29	R\$ 1.900.361,30	R\$ 2.363.235,02	R\$ 2.516.621,32
RBPREV - QE	R\$ 37.050,72	R\$ 5.187,10	R\$ 6.450,53	R\$ 6.869,20
FMCGB	R\$ 26.479,84	R\$ 3.707,18	R\$ 4.610,14	R\$ 4.909,36
RBTRANS	R\$ 368.687,10	R\$ 51.616,19	R\$ 64.188,42	R\$ 68.354,59
SAERB	R\$ 711.608,49	R\$ 99.625,19	R\$ 123.891,04	R\$ 131.932,21
CMRB	R\$ 688.326,43	R\$ 96.365,70	R\$ 119.837,63	R\$ 127.615,72
Sub total	R\$ 30.322.384,54	R\$ 4.245.133,84	R\$ 5.279.127,15	R\$ 5.621.770,09

*O quadro acima demonstra a base e o valor das contribuições previdenciárias sobre as folhas de pagamentos dos servidores ativos estatutários do Município de Rio Branco a ser efetuados ao Fundo Previdenciário – FPREV.

BASE DE CÁLCULO E VALOR DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS POR ÓRGÃO

Folha de ativos do 13º salário de 2025				
ÓRGÃO	Base	Segurado (14%)	Patronal (17,41%)	Alíquota Suplementar (18,54%)
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 4.770.885,34	R\$ 667.923,95	R\$ 830.611,14	R\$ 884.522,14
SECRETARIA DE SAÚDE	R\$ 9.627.701,31	R\$ 1.347.878,18	R\$ 1.676.182,80	R\$ 1.784.975,82
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	R\$ 13.473.880,23	R\$ 1.886.343,23	R\$ 2.345.802,55	R\$ 2.498.057,39
RBPREV - QE	R\$ 33.512,21	R\$ 4.691,71	R\$ 5.834,48	R\$ 6.213,16
FMCGB	R\$ 26.679,89	R\$ 3.735,18	R\$ 4.644,97	R\$ 4.946,45
RBTRANS	R\$ 368.733,61	R\$ 51.622,71	R\$ 64.196,52	R\$ 68.363,21
SAERB	R\$ 703.845,12	R\$ 98.538,32	R\$ 122.539,44	R\$ 130.492,89
CMRB	R\$ 669.329,57	R\$ 93.706,14	R\$ 116.530,28	R\$ 124.093,70
Sub total	R\$ 29.674.567,28	R\$ 4.154.439,42	R\$ 5.166.342,16	R\$ 5.501.664,77

*O quadro acima demonstra a base e o valor das contribuições previdenciárias sobre as folhas de pagamentos dos servidores ativos estatutários do Município de Rio Branco a ser efetuados ao Fundo Previdenciário – FPREV.

RECEITAS DO FPREV

Receitas do FPREV											
	Contribuição de Segurados			Contribuição Patronal			Outras Receitas			Receita Patrimonial	Total da Receita
2025	Contribuição de Ativos 14%	Contribuição de Aposentados 14%	Contribuição de Pensionistas 14%	Contribuição Patronal sobre cedidos 17, 41%	Contribuição Patronal sobre a folha de Ativos 17,41%	Contribuição Suplementar 18,54%	Receitas de Juros e mora	Restituições de Folha	Compensação Previdenciária	Resultado de Aplicações financeiras	Total das Receitas no mês
Janeiro	13.665,38	0,00	0,00	5.749,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.320.316,61	16.339.731,22
Fevereiro	4.840.232,56	338.724,72	64.606,97	9.359,58	4.839.343,56	5.152.900,46	348,60	1.376,00	2.268.508,40	2.602,906,07	20.118.306,92
Março	4.005.187,32	49.102,78	20.105,04	2.532,58	5.892.493,97	5.436.887,10	5.814,83	688,00	3.930.335,89	7.367.288,23	26.710.435,74
Abril	5.451.427,93	322.567,89	15.049,35	6.562,57	5.138.891,29	5.197.157,66	376,53	688,00	4.503.341,83	19.188.914,05	39.824.977,10
Maio	4.637.569,87	187.607,13	15.049,35	6.941,19	8.235.846,60	8.492.882,38	623,42	688,00	1.854.213,10	17.834.257,62	41.265.678,66
Junho	3.041.619,38			6.652,57	1.624.874,95	1.730.318,20	362,85	688,00	2.156.550,05	10.112.126,23	18.673.102,23
Julho	4.692.666,95	374.324,87	33.856,66	15.375,73	5.509.360,60	5.866.681,91	588,79	688,00	1.206.150,25	5.833.938,58	23.533.632,34
Agosto	2.629.848,30	186.717,74	15.436,08	6.562,57	5.230.949,92	5.569.867,60	1.236,28	688,00	1.149.486,08	19.568.824,43	34.359.617,00
Setembro	5.790.008,80	193.133,40	15.436,08	10.005,12	5.200.375,08	5.537.644,93	702,37	688,00	1.149.486,08	17.215.863,66	35.113.343,52
Outubro	5.085.988,29	196.896,40	15.436,08	3.877,26	8.879.355,13	9.456.419,78	1.301,66	688,00	1.118.267,68	16.938.255,21	41.696.485,49
Novembro	2.363.152,66	194.568,75	15.436,08	6.474,31	2.748.127,89	2.926.492,48	470,65	688,00	1.148.380,51	19.513.064,43	28.916.855,76
Dezembro	11.349.352,78	378.844,56	30.872,16	14.175,29	14.247.476,36	10.762.916,80	720,78	688,00	2.286.008,93	13.333.300,39	52.404.356,05
Total	53.900.720,22	2.422.488,24	241.283,85	94.178,00	67.547.095,35	66.130.169,30	12.546,76	8.256,00	22.770.728,80	165.829.055,51	378.956.522,03

- A contribuição de aposentados e pensionistas do RPPS ocorre somente para quem ganha acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- A alíquota suplementar para amortização do déficit atuaria praticada a partir de 01 de janeiro de 2024 é 18,54% conforme a Lei Complementar nº 203/2022.

DESPESAS DO FPREV

Despesas do FPREV					
	Orçamentária			Intra Orçamentária	
2025	Pagamento da Folha de Aposentados	Pagamento da Folha de Pensionistas	Total da Despesa	Transferência da Taxa	Total do Desembolso Financeiro
Janeiro	7.338.278,71	668.999,92	8.007.278,63	874.038,80	8.881.317,43
Fevereiro	7.546.888,56	737.292,39	8.284.180,95	874.035,54	9.158.216,49
Março	7.411.929,33	796.098,55	8.208.027,88	874.037,17	9.082.065,05
Abril	7.459.221,38	725.387,70	8.184.609,08	874.037,17	9.058.646,25
Maio	7.529.083,82	761.070,51	8.290.154,33	874.037,17	9.164.191,50
Junho	7.524.942,37	725.861,08	8.250.803,45	874.037,17	9.124.840,62
Julho	7.580.953,81	773.073,76	8.354.027,57	874.037,17	9.228.064,74
Agosto	7.566.998,49	734.358,45	8.301.356,94	874.037,17	9.175.394,11
Setembro	7.668.362,42	746.332,98	8.414.695,40	874.037,17	9.288.732,57
Outubro	7.747.727,23	743.883,74	8.491.610,97	874.037,17	9.365.648,14
Novembro	7.737.545,85	751.102,84	8.488.648,69	874.037,17	9.362.685,86
Dezembro	14.913.699,33	1.487.037,52	16.400.736,85	874.037,17	17.274.774,02
Total	98.025.631,30	9.650.499,44	107.676.130,74	10.488.446,04	118.164.576,78

OBS: Por motivo de ajustes no sistema de gestão, as folhas de pagamento do mês de janeiro só foram realizadas

RECEITAS, DESPESAS E SALDO FINANCEIRO DO FPREV

2025	Saldo Contábil - PL Anterior	Transferência Recebida	Valores em Trânsito para Regularização	Desvalorização e Perda de Ativo Disponível	Total das Receitas no mês	Total da Despesa do mês	Transferência da Taxa	Saldo Financeiro
Janeiro	1.099.957.859,40		1.011.092,12		16.339.731,22	8.007.278,63	874.038,80	1.108.427.365,31
Fevereiro	1.108.427.365,31		-1.011.092,12		20.118.306,93	8.284.180,95	874.035,54	1.118.376.363,62
Março	1.118.376.363,62				26.710.435,74	8.208.027,88	874.037,17	1.136.004.734,31
Abril	1.136.004.734,31				39.824.977,10	8.184.609,08	874.037,17	1.166.771.065,16
Maio	1.166.771.065,16				41.265.678,66	8.290.154,33	874.037,17	1.198.872.552,32
Junho	1.198.872.552,32				18.673.102,23	8.250.803,45	874.037,17	1.208.420.813,93
Julho	1.208.420.813,93				23.533.632,34	8.354.027,57	874.037,17	1.222.726.381,53
Agosto	1.222.726.381,53				34.359.617,00	8.301.356,94	874.037,17	1.247.910.604,42
Setembro	1.247.910.604,42		288,33		35.113.343,52	8.414.695,40	874.037,17	1.273.735.215,37
Outubro	1.273.735.215,37		16.431,42		41.696.485,49	8.491.610,97	874.037,17	1.325.620.222,62
Novembro	1.325.620.222,62		-16.719,75		28.916.855,76	8.488.648,69	874.037,17	1.325.620.222,62
Dezembro	1.325.620.222,62				52.404.356,05	16.400.736,85	874.037,17	1.360.749.804,65
Total			0,00		378.956.522,03	107.676.130,74	10.488.446,04	

PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DO FPREV

FOLHA DO FPREV								
2025	APOSENTADOS FPREV RJE		APOSENTADOS LEGISLATIVO		PENSIONISTAS FPREV RJE		PENSIONISTA LEGISLATIVO	
	QUANT.	VALOR DA FOLHA	QUANT.	VALOR DA FOLHA	QUANT.	VALOR DA FOLHA	QUANT.	
Janeiro	1077	6.775.661,63	25	562.617,08	196	650.879,71	2	18.102,21
Fevereiro	1083	6.920.471,38	25	626.417,18	201	718.087,00	2	19.205,39
Março	1087	6.844.382,03	25	567.547,30	205	777.435,75	2	18.662,80
Abril	1091	6.857.531,83	26	601.689,55	208	706.724,90	2	18.662,80
Maio	1096	6.904.009,56	26	625.074,26	214	742.407,71	2	18.662,80
Junho	1099	6.894.640,55	26	630.301,82	214	707.198,28	2	18.662,80
Julho	1109	6.979.264,31	26	601.689,50	215	754.410,96	2	18.662,80
Agosto	1111	6.965.308,99	26	601.689,50	215	715.695,65	2	18.662,80
Setembro	1116	6.988.217,02	26	680.145,40	216	727.670,18	2	18.662,80
Outubro	1122	7.047.505,68	30	700.221,55	217	725.220,94	2	18.662,80
Novembro	1124	7.037.324,23	30	700.221,62	217	732.440,04	2	18.662,80
Dezembro	1126	7.055.624,27	30	700.221,56	218	766.568,17	2	18.662,80
Décimo Terceiro	1126	6.644.180,21	30	513.673,29	218	683.143,75	2	18.662,80
Total	98.025.631,30				9.650.481,44			

	Produto / Fundo	28/11/2025	Aplicações	Resgates	31/12/2025	Retorno R\$	Retorno %	Meta a.a IPCA+5,24%	Carteira PL %
Renda Fixa	BB PREVID VERTICE 2026	65.070.037,56	-	-	65.701.382,09	631.344,53	0,97%	126,01%	4,83%
	BB PREVID VERTICE 2027	23.823.177,47	-	-	24.080.477,83	257.300,36	1,08%	140,27%	1,77%
	BB PREVID VERTICE 2027 II	38.661.114,25	-	-	39.082.977,68	421.863,43	1,09%	141,71%	2,87%
	BB PREVID VERTICE ESP 2027	22.751.096,54	-	-	22.999.475,89	248.379,35	1,09%	141,78%	1,69%
	BB PREVID VERTICE 2028	23.169.870,55	-	-	23.414.647,86	244.777,31	1,06%	137,20%	1,72%
	BB PREVID VERTICE 2030	15.913.028,34	-	-	16.021.026,45	107.998,11	0,68%	88,14%	1,18%
	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS 7557-4	45.009.049,43	14.152.812,99	-	59.723.998,08	562.135,66	0,95%	123,40%	4,39%
	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS 8927-3	72.613.976,92	2.286.008,96	-	75.738.507,56	838.521,68	1,12%	145,39%	5,57%
	BB PREVID RF IMA-B 5	92.654.703,47	-	-	93.519.965,20	865.261,73	0,93%	121,28%	6,87%
	BB Previd RF IMAB 5+	3.762.948,01	-	-	3.755.371,07	-7.576,94	-0,20%	-26,15%	0,28%
	BB PREVID IMA-B TP	24.711.452,45	-	-	24.784.530,52	73.078,07	0,30%	38,41%	1,82%
	BB RF Ref DI TP FI	174.754.167,68	-	-	176.875.109,60	2.120.941,92	1,21%	157,62%	13,00%
	BB PREVID RF IDKA 2	112.107.173,45	-	-	113.262.934,85	1.155.761,40	1,03%	133,89%	8,32%
	BB ALOCAÇÃO ATIVA RET. TOTAL FIC RENDA FIXA	79.705.133,13	21.441.522,06	-	102.211.156,88	1.064.501,69	1,05%	136,68%	7,51%
	CAIXA FI BRASIL IRF-M1+ TP RF LP	1.464.152,13	1.131.054,70	-	2.595.771,71	564,88	0,02%	2,83%	0,19%
	CAIXA FI IRFM1	27.777.743,74	-	-	28.093.935,59	316.191,85	1,14%	147,83%	2,06%
	BB PREVID RF PERFIL	168.679.631,60	-	17.215.113,97	153.429.316,05	1.964.798,42	1,16%	151,27%	11,28%
	BB INSTITUCIONAL RF	27.943.347,19	-	-	28.523.972,01	580.624,82	2,08%	269,85%	2,10%
	BB ATIVA PLUS FIC RENDA FIXA LP	51.685.231,29	-	-	52.316.936,57	631.705,28	1,22%	158,73%	3,84%
	SUBTOTAL	1.072.257.035,20	39.011.398,71	17.215.113,97	1.106.131.493,49	12.078.173,55	1,13%	146,29%	83,08%

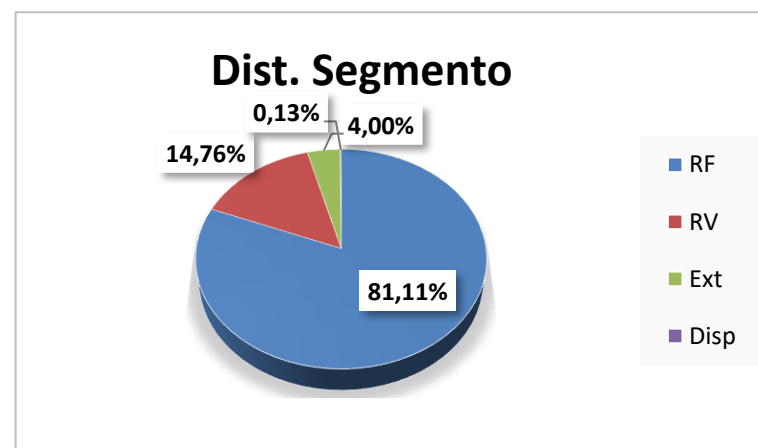
	Produto / Fundo	28/11/2025	Aplicações	Resgates	31/12/2025	Retorno R\$	Retorno %	Meta a.a IPCA+5,24%	Carteira PL %
RENDA VARIÁVEL	BB AÇÕES IBOVESPA ATIVO	16.277.099,29	-	-	16.829.155,08	552.055,79	3,39%	440,47%	1,24%
	BB GOVERNANÇA FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	9.732.359,11	-	-	9.847.428,00	115.068,89	1,18%	153,55%	0,72%
	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÃO	15.065.679,62	-	-	15.287.702,76	222.023,14	1,47%	191,39%	1,12%
	BB AÇÕES SMAL CAPS	7.404.652,28	-	-	7.056.028,09	-348.624,19	-4,71%	-611,45%	0,52%
	BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS	14.068.924,51	-	-	13.985.788,02	-83.136,49	-0,59%	-76,74%	1,03%
	BB AÇÕES DIVIDENDOS	17.019.093,90	-	-	16.739.550,60	-279.543,30	-1,64%	-213,32%	1,23%
	CAIXA FIC AÇÕES VALOR RPPS	10.439.097,59	-	-	10.291.392,83	-147.704,76	-1,41%	-183,76%	0,76%
	CAIXA FIC FIA MULTIGESTOR	34.460.678,68	-	-	33.948.418,51	-512.260,17	-1,49%	-193,05%	2,49%
	CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	18.102.797,11	-	-	17.760.622,55	-342.174,56	-1,89%	-245,48%	1,31%
	CAIXA FIC FIA BRASIL AÇÕES LIVRE	17.313.475,07	-	-	17.203.132,94	-110.342,13	-0,64%	-82,77%	1,26%
	BB MACRO FIC MULTIMERCADO LP	7.105.521,63	-	-	7.089.338,64	-16.182,99	-0,23%	-29,58%	0,52%
	BB JUROS E MOEDAS FIC MM LP	14.546.090,31	-	-	14.829.385,93	283.295,62	1,95%	252,93%	1,09%
	CAIXA CAPITAL PRETEGIDO IV	6.772.029,78	-	-	6.818.115,84	46.086,06	0,68%	88,38%	0,50%
	CAIXA FI MULTIMERCADO RV30 LP	6.079.374,44	-	-	6.219.307,08	139.932,64	2,30%	298,93%	0,46%
	CAIXA JURO E MOEDAS MM	4.987.042,24	-	-	5.037.989,79	50.947,55	1,02%	132,68%	0,37%
	SUBTOTAL	199.373.915,56	-	-	198.943.356,66	-430.558,90	-0,22%	-28,05%	14,62%
EXT.	BB AÇÕES ESG FI AÇÕES BDR NÍVEL I	45.705.321,07	-	-	47.132.296,78	1.426.975,71	3,12%	405,47%	3,46%
	CAIXA FIA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	8.283.950,79	-	-	8.542.660,79	258.710,00	3,12%	405,59%	0,63%
	SUBTOTAL	53.989.271,86	-	-	55.674.957,57	1.685.685,71	3,12%	811,06%	4,09%
DISP	Disponibilidade Financeira em conta corrente	-	-	-	-				
TOTAL GERAL		1.325.620.222,62	39.011.398,71	17.215.113,97	1.360.749.807,72	13.333.300,36	1,01%	0,77%	101,79%

Enquadramento na Res. CMN 4.963/2021 e da Política de Investimentos 2025

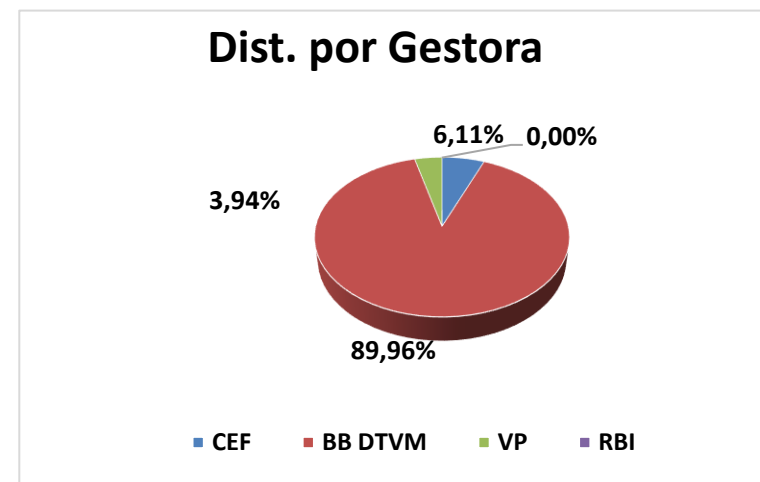
Seg.	Artigos	Sigla	Resolução %	Limites Pró-Gestão Nível I	Carteira R\$	Carteira %	Estratégica de Alocação			GAP
							Inferior	Alvo	Superior	
Renda fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional SELIC	7º I a	100,00%	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	32,00%	432.336.707,37
	7º I b - FI 100% Títulos TN	7º I b	100,00%		833.217.708,39	61,67%	20,72%	36,80%	71,00%	126.029.361,09
	7º I c - FI Ref em Índice de RF, 100% TP	7º I c	100,00%		0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	67.552.610,53
	7º II - Oper. compromissadas em TP TN	7º II	5,00%	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
	7º III a - FI Referenciados RF	7º III a	60,00%	65,00%	262.662.889,89	19,44%	7,00%	25,42%	60,00%	547.968.436,43
	7º III b - FI de Índices Referenciado RF	7º III b	60,00%		0,00	0,00%	0,00%	0,00%	60,00%	810.631.326,32
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	7º IV	20,00%	25,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	270.210.442,11
	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	7º V a	5,00%	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	67.552.610,53
	7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	7º V b	5,00%	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	2,78%	5,00%	67.552.610,53
	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	7º V c	5,00%	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	67.552.610,53
	Total Renda Fixa	RF	100,00%	100,00%	1.095.880.598,28	81,11%	27,72%	65,00%	263,00%	-
Renda Variável	8º I - FI de Ações	8º I	30,00%	35,00%	159.883.857,16	11,83%	0,00%	20,00%	30,00%	245.431.806,00
	8º II - ETF - Índice de Ações	8º II	30,00%		0,00	0,00%	0,00%	0,00%	30,00%	405.315.663,16
	10º I - FI Multimercado	10º I	10,00%	10,00%	39.490.058,40	2,92%	2,09%	10,00%	10,00%	95.615.162,65
	10º II - FI em Participações	10º II	5,00%	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	2,50%	-
	10º III - FI Mercado de Acesso	10º III	5,00%	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
	11º - FI Imobiliário	11º	5,00%	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	2,50%	-
	Total Renda Variável	RV	30,00%	35,00%	199.373.915,56	14,76%	2,09%	30,00%	75,00%	-
Inv. Exterior	9º I - Renda Fixa - Dívida Externa	9º I	10,00%	10,00%	0,00	0,00%	0,0%	0,00%	0,00%	-
	9º II - Constituídos no Brasil	9º II	10,00%		0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	135.105.221,05
	9º III - Ações - BDR Nível I	9º III	10,00%		53.989.271,86	4,00%	1,88%	5,00%	10,00%	81.115.949,19
	Total Exterior	Ext	10,00%	10,00%	53.989.271,86	4,00%	1,88%	5,00%	20,00%	-
Consignado	12º - Empréstimo Consignado	12º	5,00%	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	135.105.221,05
	Total Consignado	CSG	5,00%	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	
Disp	Disponibilidade Financeira	Disp	0,00%	0,00%	1.808.424,83	0,13%	-			
	Total Disponibilidade Financeira	Disp	0,00%	0,00%	1.808.424,83	0,13%	0,00%	0,00%	0,00%	
TOTAL DA CARTEIRA			100,00%	100,00%	1.351.052.210,53	100,00%	31,69%	100,00%	368,00%	-

DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR SEGMENTO E GESTOR

Distribuição por Segmento	Sigla	Resolução %	Carteira R\$	Carteira %
Renda Fixa	RF	100,00%	1.095.880.598,28	81,11%
Renda Variável	RV	30,00%	199.373.915,56	14,76%
Exterior	Ext	10,00%	53.989.271,86	4,00%
Disponibilidade	Disp	0,00%	1.808.424,83	0,13%
Total			1.351.052.210,53	100,00%



Gestão	Sigla	Carteira R\$	Carteira %
Caixa Econômica Federal	CEF	82.496.614,51	6,11%
BB Gestão de Recursos DTVM	BB DTVM	1.215.371.868,96	89,96%
Vinci Partners	VP	53.183.727,06	3,94%
Rio Bravo Investimentos	RBI	-	0,00%
Total		1.351.052.210,53	100,00%

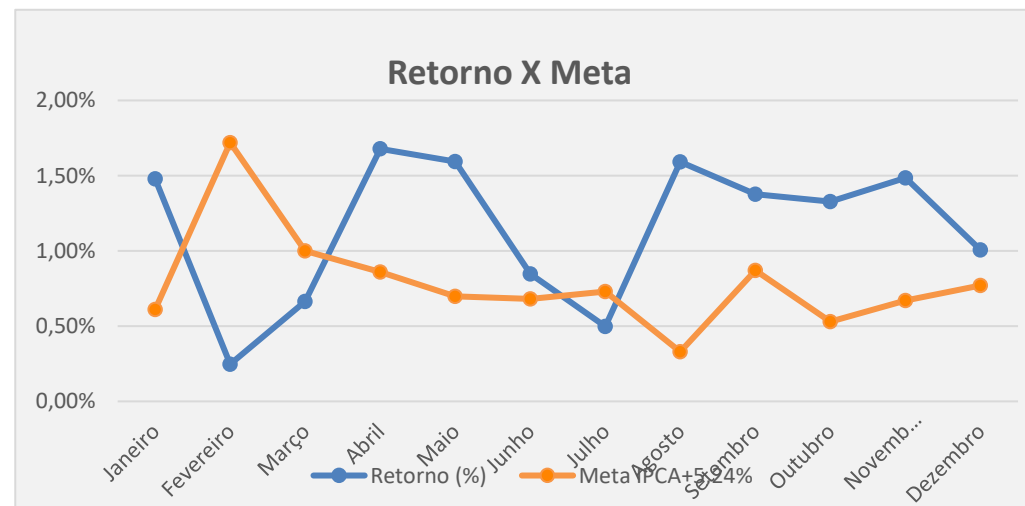
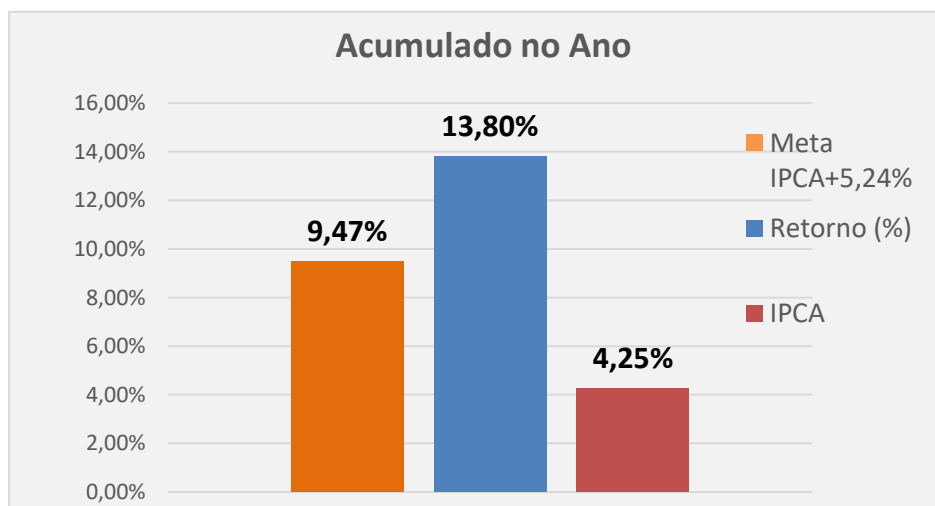


ADERÊNCIA COM A CARTEIRA TEÓRICA

Carteira Teórica		Carteira do Rbprev				
Sugestão de Alocação do Mercado		Sub-Segmento	Valor R\$	%	%	Gap %
REND A FIXA	55%	REND A FIXA	1.095.880.598,28	81,22%	81,22%	-26,22%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%	IMA-B 5+	3.762.948,01	0,28%	0,28%	-0,28%
Longo Prazo (IMA-B Geral, IRF-M, IRF-M1+)	5%	IMA-B	24.711.452,45	1,83%	1,94%	3,06%
		IRF-M 1+	1.464.152,13	0,11%		
Gestão do Duration	0%	GESTÃO DURATION	79.705.133,13	5,91%	5,91%	-5,91%
Médio Prazo (IMA-B 5, IDKA, Vertice)	10%	VERTICE	143.467.357,62	10,63%	25,81%	-15,81%
		IMA-B 5	92.654.703,47	6,87%		
		IDKA IPCA 2	112.107.173,45	8,31%		
		CDI	437.417.057,57	32,42%		
Curto Prazo (CDI, IRFM-1 e CDB)	20%	IRF-M 1	154.669.653,36	11,46%	47,29%	-27,29%
		VERTICE	45.920.967,09	3,40%		
		Disponibilidade Financeira	0,00	0,00%		
Títulos Privados, Letra Financeira, CDB, FIDC, C. Privado	20%	Letra Financeira	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
REND A VARIÁVEL	35%	REND A VARIÁVEL	184.308.235,94	13,66%	13,66%	21,34%
Fundos de Ações	25%	AÇÕES - LIVRES	35.416.272,18	2,62%	10,73%	14,27%
		AÇÕES - ÍNDICE ATIVO	16.277.099,29	1,21%		
		AÇÕES - VALOR	34.460.678,68	2,55%		
		AÇÕES - SMALL CAPS	24.423.746,18	1,81%		
		AÇÕES - DIVIDENDOS	24.508.022,10	1,82%		
		AÇÕES - INDEXADO	9.732.359,11	0,72%		
Multimercados	2,50%	MULTIMERCADO	39.490.058,40	2,93%	2,93%	-0,43%
Fundos de Participações	2,5%	AÇÕES - SETORIAIS	0,00	0,00%	0,00%	2,50%
Fundos Imobiliários	5,00%	FUNDO IMOBILIÁRIO	0,00	0,00%	0,00%	5,00%
EXTERIOR	10,00%	EXTERIOR	69.054.951,48	5,12%	5,12%	4,88%
Investimentos no Exterior	10,00%	BRDs	69.054.951,48	5,12%	5,12%	4,88%
TOTAL	100%		1.349.243.785,70	100,00%	100,00%	0,00%

Retorno Acumulados e Meta Atuarial

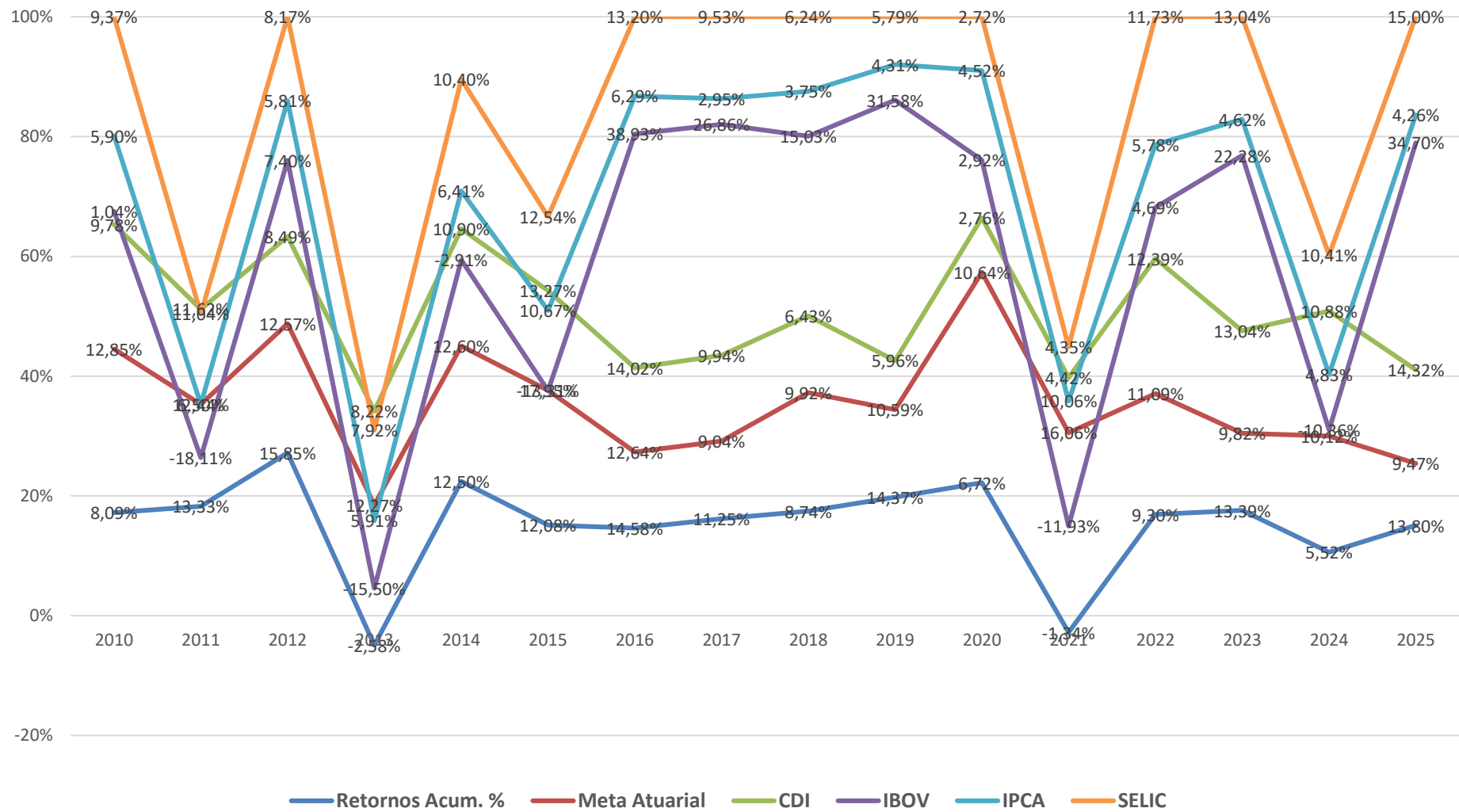
2025	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno dos investimentos(R\$)	Retorno (%)	Meta IPCA+5,24%	GAP	IPCA
Janeiro	1.121.142.087,02	106.199.455,49	105.963.904,40	1.137.954.120,04	16.575.868,41	1,48%	0,60%	246,41%	0,16%
Fevereiro	1.137.954.120,04	25.225.975,33	27.804.730,89	1.140.713.541,39	2.814.899,91	0,25%	0,60%	41,23%	0,16%
Março	1.140.728.263,64	1.841.339,62	2.184.198,82	1.158.667.516,02	7.577.866,27	0,66%	1,00%	66,43%	0,56%
Abril	1.158.667.516,02	960.052,17	1.160.667,86	1.187.436.846,56	19.445.176,47	1,68%	0,86%	195,14%	0,42%
Mai	1.187.436.846,56	4.272.402,65	816.020,28	1.222.359.282,52	18.083.812,66	1,52%	0,70%	218,50%	0,26%
Junho	1.222.359.282,52	13.583.790,02	9.935.173,29	1.232.108.249,56	10.357.427,20	0,85%	0,68%	124,61%	0,24%
Julho	1.232.108.249,56	44.914.888,85	36.289.654,89	1.246.351.757,92	6.123.904,85	0,50%	0,79%	62,91%	0,35%
Agosto	1.246.352.046,25	23.851.746,13	16.153.855,48	1.271.770.547,30	19.845.184,50	1,59%	0,33%	482,50%	-0,11%
Setembro	1.271.770.547,30	18.693.010,92	10.198.154,82	1.297.783.668,15	17.500.805,95	1,38%	0,87%	158,17%	0,42%
Outubro	1.297.783.668,15	25.264.272,90	9.583.714,38	1.331.048.696,52	17.241.971,47	1,33%	0,53%	250,67%	0,09%
Novembro	1.331.048.696,52	13.140.366,41	14.355.096,29	1.295.254.513,84	23.386.625,90	1,76%	0,67%	262,24%	0,23%
Dezembro	1.351.052.210,53	39.724.893,31	18.707.485,01	1.383.805.254,17	13.603.060,17	1,01%	0,77%	130,76%	0,34%
Acumulado no Ano de 2025					169.784.894,51	13,80%	9,47%	145,73%	4,25%



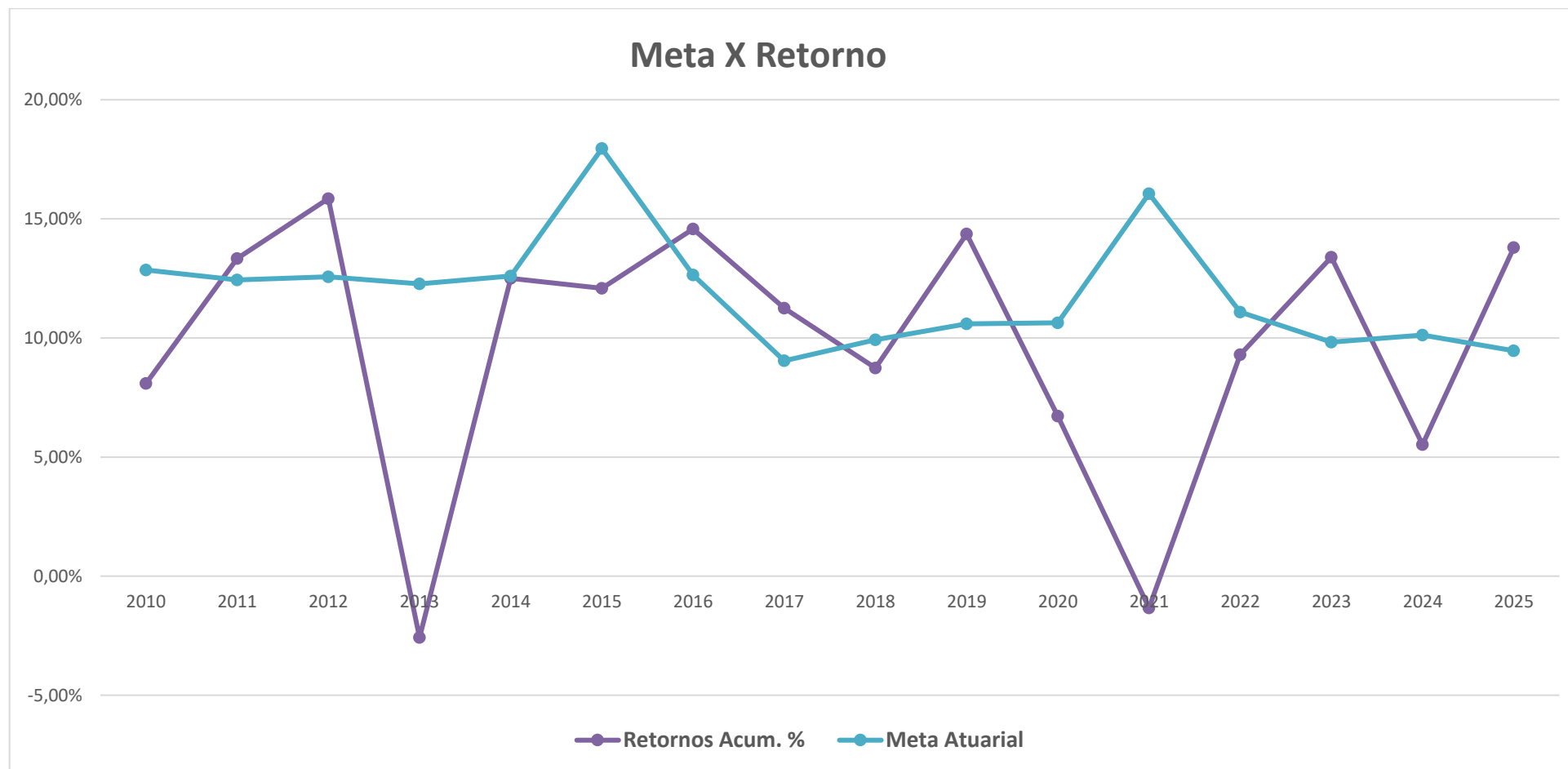
Evolução Patrimonial do RBPREV

ANO	Saldo Inicial	Saldo Final	Receita de Contribuições	Retorno dos Investimentos R\$	Resultado do Exercício	Cresc. da Reserva ao Ano %	Receita de Cont. na formação da Reserva	Retorno das Apl. na formação da Reserva	Retornos Acum. %	Meta Atuarial	CDI	IBOVESPA	IPCA	SELIC
2010	0,00	15.151.404,51	4.658.157,78	493.246,73	15.151.404,51	100,00%	96,74%	3,26%	8,09%	12,85%	9,78%	1,04%	5,90%	9,37%
2011	15.151.404,51	49.486.026,17	30.250.501,77	4.084.119,89	34.334.621,66	226,61%	88,10%	11,90%	13,33%	12,44%	11,62%	-18,11%	6,50%	11,04%
2012	49.486.026,17	91.528.343,24	32.207.640,13	9.834.676,94	42.042.317,07	84,96%	76,61%	23,39%	15,85%	12,57%	8,49%	7,40%	5,81%	8,17%
2013	91.528.343,24	120.000.710,29	31.072.289,04	- 2.599.921,99	28.472.367,05	31,11%	109,13%	-9,13%	-2,58%	12,27%	8,22%	-15,50%	5,91%	7,92%
2014	120.000.710,29	170.928.570,58	34.324.447,26	16.603.413,03	50.927.860,29	42,44%	67,40%	32,60%	12,50%	12,60%	10,90%	-2,91%	6,41%	10,40%
2015	170.928.570,58	223.086.469,50	29.826.079,48	22.331.819,44	52.157.898,92	30,51%	57,18%	42,82%	12,08%	17,95%	13,27%	-13,31%	10,67%	12,54%
2016	223.086.469,50	274.962.701,50	17.723.831,65	34.152.400,35	51.876.232,00	23,25%	34,17%	65,83%	14,58%	12,64%	14,02%	38,93%	6,29%	13,20%
2017	274.962.701,50	331.301.637,48	23.287.171,55	33.051.764,43	56.338.935,98	20,49%	41,33%	58,67%	11,25%	9,04%	9,94%	26,86%	2,95%	9,53%
2018	331.301.637,48	390.726.765,76	28.881.866,26	30.543.262,02	59.425.128,28	17,94%	48,60%	51,40%	8,74%	9,92%	6,43%	15,03%	3,75%	6,24%
2019	390.726.765,76	480.942.072,13	31.978.089,94	58.237.216,43	90.215.306,37	23,09%	35,45%	64,55%	14,37%	10,59%	5,96%	31,58%	4,31%	5,79%
2020	480.942.072,13	555.320.830,37	38.957.882,80	35.420.875,44	74.378.758,24	15,47%	52,38%	47,62%	6,72%	10,64%	2,76%	2,92%	4,52%	2,72%
2021	555.320.830,37	587.462.729,96	39.805.045,42	- 7.663.145,83	32.141.899,59	5,79%	123,84%	-23,84%	-1,34%	16,06%	4,42%	-11,93%	10,06%	4,35%
2022	587.462.729,96	723.384.418,21	79.638.372,17	56.283.316,08	135.921.688,25	23,14%	58,59%	41,41%	9,30%	11,09%	12,39%	4,69%	5,78%	11,73%
2023	723.384.418,21	927.061.237,41	95.892.754,06	107.784.065,14	203.676.819,20	28,16%	47,08%	52,92%	13,39%	9,82%	13,04%	22,28%	4,62%	13,04%
2024	927.061.237,41	1.121.142.087,03	141.247.184,44	52.833.665,18	194.080.849,62	20,94%	72,78%	27,22%	5,23%	9,67%	10,88%	-10,36%	4,83%	10,41%
2025	1.121.142.087,02	1.383.805.254,17	92.878.272,64	169.784.894,51	262.663.167,15	23,43%	35,36%	64,64%	13,80%	9,47%	14,32%	34,70%	4,26%	15,00%
Acumulado			762.629.586,38	621.175.667,79	1.383.805.254,17		55,11%	44,89%	155,60%	190,07%	156,44%	113,31%	92,57%	151,45%

Retorno X Benchmarking



APLICAÇÕES FINANCEIRAS



APOSENTADORIAS E PENSÕES CONCEDIDAS PELO RBPREV EM 2025

APOSENTADORIAS 2025	
Janeiro	06
Fevereiro	08
Março	04
Abril	05
Maio	05
Junho	04
Julho	00
Agosto	03
Setembro	08
Outubro	07
Novembro	02
Dezembro	02
TOTAL	54

PENSÕES 2025		
2025	QTD DE INSTITUIDOR	QTD DE PENSIONISTA S
Janeiro	01	03
Fevereiro	02	05
Março	04	04
Abril	02	03
Maio	03	06
Junho	00	00
Julho	00	00
Agosto	00	00
Setembro	01	01
Outubro	0	0
Novembro	1	1
Dezembro	2	3
TOTAL	16	26

APOSENTADORIAS	
CARGOS	QTD
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	2
ENFERMEIRO	1
AUDITOR FISCAL DE OBRAS E URBANISMO	1
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS	2
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	10
ANALISTA LEGISLATIVO	5
ASSISTENTE EDUCACIONAL	1
DESENHISTA	1
INSPETOR DE ALUNOS	1
GARI	1
GUARDA DE SEGURANÇA	1
MEDICO CLINICO GERAL 20 HORAS	0
MEDICO CLINICO GERAL 40 HORAS	1
MERENDEIRA	4
MOTORISTA	1
PROFESSOR COORDENADOR	0
PROFESSOR 25 HORAS	8
PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	0
SERVENTE-CONTÍNUO	5
SUPERVISOR ALIMENTAR	2
GEÓGRAFO	1
TECNICO EM ENFERMAGEM 30 HORAS	1
TELEFONISTA	3
VIGIA	1
ZELADOR	1
TOTAL	54

BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES CONCEDIDAS DE 2010 A DEZEMBRO DE 2025

ANO	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
ATÉ 2014	33	62	95
2015	292	77	369
2016	428	81	509
2017	539	82	621
2018	618	117	735
2019	704	127	831
2020	740	133	873
2021	810	163	973
2022	882	182	1.064
2023	1.058	200	1.258
2024	1.097	198	1.292
2025	1.120	215	1.335

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

COMPENSAÇÃO	PROCESSOS ENVIADOS AO INSS PARA COMPENSAÇÃO	774
	PROCESSOS EM COMPENSAÇÃO (recebendo)	559

8.2 – ATOS DA GOVERNANÇA

Estrutura de Governança: • Conselho Deliberativo • Conselho Fiscal • Comitê de Investimentos • Diretoria Executiva	EM CONFORMIDADE
Certificação Pró-Gestão RPPS: • Programa de certificação que visa incentivar melhores práticas de gestão Níveis I, com exigências progressivas. • Impacta diretamente na conformidade e credibilidade da gestão	EM CONFORMIDADE
Conformidade Legal e Regulatória: • Emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) • Adequação à Portaria MPS nº 204/2008 e atualizações • Conformidade com a Emenda Constitucional nº 103/2019	EM CONFORMIDADE
Transparência e Prestação de Contas: • Publicação de relatórios periódicos • Audiências públicas • Portal da transparência atualizado	EM CONFORMIDADE
Gestão de Riscos e Controles Internos: • Políticas de gestão de riscos • Mapeamento de processos • Auditorias internas setoriais (conselhos, diretorias, controle interno e presidência) • Prestação de contas Notificações do TRIBUNAL DE CONTAS	EM CONFORMIDADE

TABELA 11 – ATOS DA GOVERNANÇA

1. Análise da Conformidade apresentada:

A presença dos quatro órgãos fundamentais (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva) indica uma estrutura completa que favorece a segregação de funções e o controle mútuo.

2. Certificação Pró-Gestão RPPS

A implementação do Pró-Gestão, especialmente considerando os níveis I, II e III, demonstra um comprometimento significativo com a evolução das práticas de gestão. Este é um diferencial importante, visto que a certificação não é obrigatória,

mas representa um compromisso voluntário com a excelência.

3. Conformidade Legal e Regulatória

A manutenção do CRP e o atendimento às exigências da Portaria MPS nº 204/2008 e da EC nº 103/2019 garantem que o RPPS está operando dentro do marco legal, reduzindo riscos de sanções e interrupções nas transferências federais.

4. Transparência e Prestação de Contas

A execução regular de relatórios, audiências públicas e manutenção de portal da transparência atende não apenas requisitos legais, mas também fortalece a confiança dos segurados e da sociedade.

5. Gestão de Riscos e Controles Internos

A implementação de políticas de gestão de riscos, mapeamento de processos e auditorias demonstra uma abordagem preventiva e de melhoria contínua.

6. Sugestões para manutenção e aprimoramento:

- Monitoramento Contínuo: Estabelecer indicadores de desempenho para cada área de conformidade, permitindo identificar precocemente possíveis desvios.
- Capacitação Permanente: Manter programa de capacitação contínua para conselheiros, gestores e equipe técnica, especialmente sobre as frequentes atualizações normativas.
- Manutenção do Nível II do Pró-Gestão: Considerar a preparação para alcançar o nível máximo do Pró-Gestão, caso ainda não tenha sido atingido.
- Benchmarking: Realizar comparações periódicas com outros RPPS de porte similar para identificar oportunidades de melhoria.
- Relatório Consolidado de Governança: Elaborar periodicamente um relatório consolidado de governança que integre todos os aspectos verificados, facilitando uma visão global do status de conformidade.

A manutenção desse nível de conformidade em todas as áreas é um excelente indicativo de uma gestão responsável e comprometida com a sustentabilidade do regime previdenciário.

8.3 - ATOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIA

A análise das áreas contempladas neste relatório fundamentou-se nos requisitos de adesão ao Pró-Gestão Nível II, visando avaliar a conformidade dos processos e a qualidade das informações gerenciais disponibilizadas para subsidiar a tomada de decisão dos gestores do instituto. A metodologia baseou-se na análise documental disponível e no exame das rotinas operacionais executadas pelas áreas envolvidas.

• BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS

Durante o exercício de 2025, o Rbprev concedeu benefícios previdenciários, sem grande escala em um único mês e sim distribuído ao longo do exercício, como:

- ✓ Aposentadorias Voluntárias por Tempo de Contribuição;
- ✓ Aposentadoria por Incapacidade Permanente;
- ✓ Pensões Temporárias por Morte de Servidor Ativo;
- ✓ Aposentadoria Compulsória.

8.4 – APORTES E RESGATES

A presente análise avalia a conformidade dos procedimentos de controle interno relativos aos aportes e resgates financeiros, elementos cruciais para a integridade patrimonial e sustentabilidade financeira institucional. Em um cenário de crescente complexidade normativa e riscos operacionais, os controles associados a estas movimentações financeiras representam pilares fundamentais na governança corporativa e na preservação da saúde financeira organizacional. O RBPREV quanto ao Fundo Financeiro - FFIN, considerando que ele é um fundo em extinção realiza apenas a gestão da folha dos aposentados contidos e o aporte financeiro é realizado pelo executivo e pelo legislativo no valor exato da folha de pagamento.

Estrutura Normativa Aplicável: Os procedimentos de aportes e resgates financeiros devem estar alinhados ao arcabouço normativo vigente, incluindo:

- Legislação nacional sobre movimentações financeiras

- Normas específicas aplicáveis ao segmento de atuação
- Políticas internas de investimento e desinvestimento
- Resoluções e diretrizes dos órgãos reguladores competentes
- Manuais de procedimentos operacionais internos

8.5 – CONTROLE PRÉVIOS (PREVENTIVOS)

a) Autorização Hierárquica:

- Verificou-se que as operações de aportes e resgates seguem um fluxo hierárquico de aprovação, com segregação adequada entre solicitação, aprovação e execução.
- Os níveis de alçada estão formalmente estabelecidos, com limites financeiros claramente definidos para cada nível decisório.

b) Validação Documental:

- Identificou-se a existência de processos estruturados para verificação da documentação comprobatória que fundamenta os aportes e resgates.
- O sistema de validação documental contempla checklist específico por tipo de operação, minimizando riscos de inconsistências.

c) Análise de Conformidade Regulatória:

- Os procedimentos incluem verificação de conformidade com as normativas aplicáveis antes da efetivação das operações.
- Existe protocolo estabelecido para consulta à assessoria jurídica em casos de operações atípicas ou de maior complexidade.

8.6 – CONTROLE CONCOMINANTES (DETECTIVOS)

a) Monitoramento em Tempo Real:

- O sistema informatizado permite acompanhamento das etapas de processamento das operações financeiras.
- Existem alertas automáticos para operações que ultrapassam parâmetros pré-definidos de valor, frequência ou destinação.

b) Dupla Verificação Operacional:

- Implementou-se o princípio "Four-Eye" (quatro olhos), onde toda operação é verificada por colaborador distinto do executor.
- As conciliações bancárias são realizadas diariamente, permitindo identificação tempestiva de discrepâncias.

8.7 – CONTROLE POSTERIORES (CORRETIVOS)

8.7.1 - Controles Posteriores (corretivos)

a) Auditoria Interna Periódica:

- Existe cronograma estabelecido para revisões amostrais das operações realizadas.
- Os relatórios de auditoria contêm análises detalhadas sobre a adequação das operações aos normativos.

b) Análise de Tendências e Anomalias:

- São elaborados relatórios periódicos com análises estatísticas das movimentações financeiras.
- Operações atípicas são objeto de investigação específica pela equipe.

O sistema para aportes e resgates financeiros apresenta estrutura adequada em seus elementos fundamentais. No entanto, mais não se descarta oportunidades significativas de aprimoramento, especialmente nos componentes de integração sistêmica, rastreabilidade operacional e capacitação técnica.

A evolução dos controles relacionados a aportes e resgates financeiros deve ser concebida como processo contínuo, considerando o dinamismo do ambiente regulatório e a crescente sofisticação dos riscos operacionais no contexto atual.

8.8 – RISCO

8.8.1 Metodologia

A metodologia adotada para classificação dos riscos considera a combinação entre a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial dos eventos identificados. A partir dessa análise, os riscos são categorizados nos níveis Baixo, Moderado, Elevado e Extremo, permitindo uma avaliação mais objetiva e estratégica dos

processos institucionais.

No âmbito do RBPREV, a análise da relação entre probabilidade e consequência foi realizada considerando a legislação vigente aplicável ao Regime Próprio de Previdência Social, bem como os mecanismos de controle interno já estabelecidos nos diversos setores da autarquia.

Ressalta-se que o Instituto, por se tratar de uma entidade relativamente em estruturação, encontra-se em constante processo de evolução administrativa e setorial, promovendo gradativamente a implementação e o aprimoramento de ferramentas de controle, monitoramento e governança, com foco na mitigação de riscos e no fortalecimento da conformidade institucional.

Dessa forma, a análise dos resultados por setor foi elaborada com base nas informações institucionais disponibilizadas no portal oficial do RBPREV, considerando os procedimentos administrativos atualmente adotados, os instrumentos de transparência pública existentes, manualização dos procedimentos administrativos e as práticas de controle implementadas no âmbito da gestão previdenciária o risco e considerado baixo.

RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

As presentes recomendações decorrem das atividades de Controle Interno do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e têm por finalidade fortalecer a governança, aprimorar os controles internos, assegurar a conformidade legal e contribuir para a sustentabilidade financeira e atuarial do regime, em consonância com a legislação vigente e com as diretrizes do Pró-Gestão RPPS.

As orientações estão alinhadas às dimensões de Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, visando à mitigação de riscos, à melhoria contínua dos processos e ao atendimento aos requisitos de certificação institucional. Segue:

8.9 GOVERNANÇA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

a) Manter a adequada segregação de funções entre os setores responsáveis

pela concessão de benefícios, arrecadação, investimentos, contabilidade e controle interno, com vistas à mitigação de riscos operacionais e à prevenção de conflitos de interesse.

b) Atualizar e formalizar, de forma permanente, o Regimento Interno e os atos normativos que disciplinam as competências dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, bem como da Diretoria Executiva.

c) Garantir o funcionamento regular dos Conselhos, com a realização periódica de reuniões e o devido registro formal de atas, deliberações e pareceres técnicos.

8.10 CONFORMIDADE LEGAL E NORMATIVA

a) Monitorar continuamente o cumprimento da legislação previdenciária vigente e demais normativos aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social.

b) Manter atualizado o envio das informações obrigatórias aos sistemas oficiais, tais como CADPREV, Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR, Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR, Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA, bem como o cumprimento das demais obrigações ao Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCE e Controladoria DO Município – CGM E acessórios.

c) Revisar periodicamente as normas internas, de modo a assegurar o alinhamento às alterações legais e às orientações dos órgãos de controle externo.

8.11 GESTÃO ATUARIAL E SUSTENTABILIDADE DO RPPS

a) Acompanhar sistematicamente os resultados das Avaliações Atuariais, analisando o equilíbrio financeiro e atuarial do plano previdenciário.

b) Monitorar o cumprimento do plano de equacionamento do déficit atuarial, incluindo aportes suplementares e alíquotas, com o devido registro formal das análises realizadas.

- c) Acompanhar e promover reuniões técnicas periódicas entre a gestão, o atuário e os setores envolvidos, com vistas à avaliação de cenários e à mitigação de riscos atuariais.

8.12 ARRECADAÇÃO, REPASSE E CONTROLE DE CONTRIBUIÇÕES

- a) Instituir rotinas de conciliação mensal entre a folha de pagamento, os valores arrecadados e os valores efetivamente repassados ao RPPS.
- b) Formalizar procedimentos de cobrança administrativa e de acompanhamento dos débitos previdenciários do ente federativo.
- c) Manter controles que assegurem a tempestividade e a integralidade dos repasses das contribuições previdenciárias e dos aportes financeiros devidos ao regime.

8.13 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

- a) Assegurar o cumprimento da Política de Investimentos, observando os limites e diretrizes estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e demais normativos aplicáveis.
- b) Monitorar o desempenho da carteira de investimentos, por meio da análise de riscos, rentabilidade e aderência aos objetivos atuariais do RPPS.
- c) Exigir a emissão e o arquivamento de pareceres técnicos, bem como o registro formal das atas do Comitê de Investimentos.

8.14 CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS

- a) Padronizar e formalizar os fluxos de concessão, revisão e manutenção dos benefícios previdenciários.
- b) Realizar auditorias internas periódicas nos processos de benefícios, visando à identificação de inconsistências documentais, pagamentos indevidos ou

riscos de passivo previdenciário.

- c) Garantir a atualização cadastral periódica dos segurados ativos, aposentados e pensionistas.

8.15 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

- a) Disponibilizar, de forma clara, acessível e tempestiva, informações institucionais, financeiras, atuariais e de investimentos no Portal da Transparência do RPPS.
- b) Elaborar relatórios gerenciais e demonstrativos periódicos, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão e o exercício da fiscalização.
- c) Fortalecer os mecanismos de prestação de contas junto aos segurados e aos órgãos de controle.

8.16 CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

- a) Implantar e manter uma matriz de riscos institucionais, contemplando a identificação, avaliação e tratamento dos principais riscos inerentes à gestão do RPPS.
- b) Elaborar planos de ação para mitigação dos riscos críticos, com definição de responsáveis e prazos para implementação.
- c) Realizar avaliações periódicas da eficácia dos controles internos, com emissão de relatórios conclusivos e recomendações técnicas.

8.17 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CAPACITAÇÃO

- a) Incentivar a capacitação contínua dos gestores, conselheiros e servidores do RPPS, em conformidade com as exigências legais e de certificação.
- b) Participar do desenvolvimento das ações de educação previdenciária voltadas aos segurados, promovendo maior transparência e compreensão do

funcionamento do regime.

- c) Participar, Registrar, monitorar e avaliar a efetividade das ações educativas implementadas.

8.18 MONITORAMENTO E MELHORIA CONTÍNUA

- a) Estabelecer indicadores de desempenho institucional, financeiro e atuarial.
- b) Acompanhar a implementação das recomendações emitidas pelo Controle Interno, pelos Conselhos e pelos órgãos de controle externo.
- c) Promover revisões periódicas dos processos e procedimentos, visando ao aprimoramento contínuo da gestão previdenciária.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Unidade de Controle Interno (UCI), no exercício de suas atribuições legais e regimentais, procedeu à avaliação sistemática das operações e práticas gerenciais do Instituto de Previdência do Município de Rio Branco - RBPREV, referente ao 2º Semestre.

Ao analisarmos a conformidade legal e normativa, constatou-se que os procedimentos administrativo-operacionais submetidos a apuração apresentam integral aderência ao marco regulatório aplicável, compreendendo os princípios constitucionais insculpidos no Art. 37 da Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), os dispositivos da Lei nº 9.717/98 que dispõe sobre regras gerais para organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, os normativos emanados pela Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, as Resoluções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis à gestão de ativos previdenciários, bem como a legislação municipal específica concernente ao regime próprio.

Quanto à avaliação do sistema de controles internos, verificamos que o modelo implementado demonstra elevado grau de maturidade para um instituto em estruturação, que contempla a separação de funções operacionais, trilhas de auditoria verificáveis para processos críticos, matriz de responsabilidades claramente definida,

mecanismos de contingenciamento de riscos operacionais.

No que se refere à gestão dos recursos previdenciários, a administração evidencia observância aos parâmetros técnicos de prudência alocativa, com diversificação de portfólio compatível com o perfil atuarial, monitoramento contínuo de indicadores de performance, alinhamento entre política de investimentos e projeções de passivo previdenciário, além da manutenção de reservas técnicas em conformidade com os cálculos atuariais.

Diante das verificações realizadas e das evidências coletadas, esta Unidade de Controle Interno emite PARECER TÉCNICO FAVORÁVEL às ações do RBPREV quanto à sua governança institucional. Atesta-se, portanto, a conformidade normativa e excelência operacional do Instituto no cumprimento de suas competências legais e objetivos estratégicos relacionados à administração do regime previdenciário municipal.

TABELAS

TABELA 01 – DIRETRIZES DO RBPREV

TABELA 02 – DIMENSÃO CONTROLES INTERNOS DO PRÓ-GESTÃO RPPS

TABELA 03 – CHECKLIST – DIMENSÃO CONTROLES INTERNOS
DO PRÓ-GESTÃO RPPS TABELA 04 – MANUAIS/FLUXOGRAMAS
ELABORADOS NO RBPREV

TABELA 05 – PERCENTUAL DE
CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL TABELA 06 –
CERTIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIDORES

TABELA 07 - COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

TABELA 08 - AÇÕES RELACIONADAS ÀS DIMENSÕES

TABELA 09 - AÇÕES RELACIONADAS ÀS DIMENSÕES
IMPLEMENTADAS NO RBPREV TABELA 10 – RETORNO E
META DE RENTABILIDADE ACUMULADOS EM 2025

TABELA 11 – ATOS DA GOVERNANÇA

FIGURAS

FIGURA 01 – ORGANOGRAMA

INSTITUCIONAL DO RBPREV FIGURA 02 –
CRP DO RBPREV

FIGURA 03 – CERTIFICADO DO
PRÓ-GESTÃO